



Relatório e Contas

do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011

PayShop (Portugal), S.A.



PayShop (Portugal), S.A.

Relatório e Contas

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2011

Sede: Av. D. João II, Lote 01.12.03 1999-001 LISBOA

NIPC / Registo C.R.C: 505 231 212

Capital Social: 1.500.000 Euros

ÍNDICE

1. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
1.1. Introdução	3
1.2. Governo da Sociedade	5
1.3. Cumprimento de Orientações Legais	12
1.4. Clientes e Serviços	14
1.5. Rede PayShop	15
1.6. Marketing e Comunicação	17
1.7. Desenvolvimento e Suporte	18
1.8. Recursos Humanos	19
1.9. Resultados, Investimento e Financiamento	20
1.10. Perspetivas para o Próximo Exercício	20
1.11. Aplicação de Resultados	22
2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	
Balanço	24
Demonstração dos Resultados por Naturezas	25
Demonstração dos Fluxos de Caixa	26
Demonstração de Alterações no Capital Próprio	27
Anexo às Demonstrações Financeiras	28
3. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO E CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	69

1. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1.1. INTRODUÇÃO

No exercício de 2011, apesar da acentuada degradação do contexto económico, a PayShop (Portugal), S.A. registou crescimento, tanto nos rendimentos totais e operacionais como nos indicadores de rentabilidade. Com efeito, os rendimentos operacionais subiram 4%, o resultado líquido subiu de 4.2 para 5.3 milhões de euros, um crescimento de 27%. Para analisar convenientemente este aumento expressivo do resultado líquido, é de salientar que em 2010 se encontrava afetado pela participada PayShop Moçambique, SARL em cerca de menos 0.65 milhões de euros, dadas as imparidades registadas; já em 2011, esta participada afetou o resultado líquido em menos 0.17 milhões de euros. Assim, se descontássemos o efeito negativo da participada em ambos os anos, o resultado líquido de 2011, decorrente da atividade em Portugal, cresceria apenas 14%, para 5.5 milhões de euros.

O número global de pagamentos processados no ano aumentou 2.2 milhões para 56.1 milhões, um crescimento superior ao verificado no ano transato (respectivamente, 0.7 milhões para 53.9 milhões). Esta evolução reflete em grande parte a introdução do novo serviço de portagens e o crescimento da cobrança de faturas, que compensaram a quebra continuada do serviço de carregamento de telemóveis, que se verifica há alguns anos a esta parte.

O serviço de pagamentos da PayShop (Portugal), S.A. continua assim posicionado como o segundo meio mais utilizado pelos portugueses para pagarem as suas contas de casa.

Os rendimentos operacionais totais situaram-se em 15.8 milhões de euros, um aumento de 0.6 milhões face ao ano transato. A elevada rentabilidade da empresa manteve-se, situando-se o EBITDA em 7.4 milhões de euros e o resultado líquido em 5.3 milhões de euros. Estes valores superam os objetivos traçados pelo acionista e contribuem para garantir um desenvolvimento sustentável através da geração continuada de valor económico.

Em 2011 o número de pontos com serviço payshop aumentou de 3.815 para 3.994, um acréscimo de 179 lojistas aderentes. Mantemos a nossa convicção de que a rede se encontra na sua dimensão

natural, sendo que o crescimento acentuado acima deste nível poderia degradar os indicadores de performance e segmentação.

No exercício de 2011, a empresa efetuou o seu registo como Instituição de Pagamento junto do Banco de Portugal, encontrando-se assim terminado o processo de transformação da empresa numa instituição deste tipo. A constituição e registo como Instituição de Pagamento são fundamentais para a prestação da sua atividade, uma vez que os serviços de pagamento que a empresa presta são considerados abrangidos pelo Regime Jurídico das Instituições de Pagamento e Serviços de Pagamento (DL 317/2009).

Nos termos da lei, a PayShop (Portugal) é uma empresa pública e os seus gestores são considerados gestores públicos, sendo aplicável um conjunto de legislação sobre o bom governo das sociedades e o Estatuto do Gestor Público, designadamente o DL 300/2007, o DL558/99, a RCM 49/2007 e o DL 71/2007. Desta legislação resulta um conjunto de deveres de informação e de governo, considerando o Conselho de Administração que o seu cumprimento foi prosseguido no exercício em análise.

Não fechamos esta introdução sem manifestar os nossos agradecimentos a todos os nossos stakeholders, em particular aos nossos clientes e lojistas, aos colaboradores, às instituições financeiras, aos nossos advogados, aos membros dos restantes órgãos sociais, aos parceiros de negócio e ao acionista.

De seguida passaremos a analisar as diversas linhas da atividade da empresa, procurando fornecer a todos os utentes da informação contida neste relatório elementos claros para o conhecimento da atividade desenvolvida no exercício de 2011.

1.2. GOVERNO DA SOCIEDADE

Dando cumprimento ao disposto no Art. 13º-A b), c), d), h), i) e l)) do DL 558/99 de 17 de Dezembro, com a redação que lhe foi dada pelo DL 300/2007 de 23 de Agosto, e de competentes instruções da Direção Geral do Tesouro e Finanças, indicam-se neste capítulo os elementos solicitados.

1. Missão e Objectivos

A PayShop tem como missão desenvolver soluções de pagamento convenientes, inovadoras e sustentáveis que garantam a satisfação e a comodidade dos utilizadores, dos clientes e do retalho.

Os objetivos plurianuais e anuais são definidos pelo acionista único CTT Correios de Portugal, S.A., através do instrumento Parâmetros Mínimos de Referência (objetivos plurianuais), que origina o Orçamento anual, do qual se indicam de seguida os mais relevantes e o seu grau de cumprimento em 2011 (os valores indicados são o global da empresa, logo, incluem o efeito da participada moçambicana):

Rendimentos Operacionais: 15.868 mil euros. Cumprido em 104%

Margem EBITDA: 47%. Cumprido em 104%

Resultado Líquido: 5.296 mil euros. Cumprido em 110%

Dimensão da rede payshop: 3.994. Cumprido em 105%

2. Regulamentos Internos e Externos

Toda a regulamentação emitida pelo acionista cujo âmbito seja extensível às participadas.

É aplicável o DL 317/2009 – Regime Jurídico das Instituições de Pagamento e Serviços de Pagamento, que legisla a atividade das Instituições de Pagamento.

3. Informação sobre transações relevantes com entidades relacionadas

Ver Nota 5 do Anexo às Demonstrações Financeiras.

4. Informação sobre outras transações

A Empresa efetua as suas compras por recurso aos serviços de compras do acionista, e, na parte não aplicável, por consulta ao mercado. Considera-se que, no exercício em análise, as transações de compra com entidades externas ocorreram em condições de mercado.

Nenhum fornecedor se encontra na circunstância de representar pelo menos 5% das compras de FSE e mais de um milhão de euros.

5. Modelo de Governo e Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: Dr. Miguel Pupo Correia

Secretário: Dr. Apollo Jorge Hung das Dores Miguéis Picado

Conselho de Administração

Presidente: Dr. Duarte Nuno Lopes Reis D' Araújo

Vogal: Dra. Helena Maria Gameiro Carreira Rodrigues

Fiscal Único

ROC Efectivo: Dr. Pedro Manuel Aleixo Dias, em representação da *BDO & Associados – SROC, Lda.*

ROC Suplente: Dr. Emanuel Mota Gonçalves Pereira

O Conselho de Administração fechou 2011 composto por dois elementos, o Presidente e um Vogal. Não existem comissões especializadas, porque a dimensão e complexidade da empresa não o justificam. Os mandatos são por três anos e o atual vigora de 2010 ao final de 2012. Todos os membros do Conselho de Administração são executivos.

O modelo adotado garante a efectiva segregação de funções de administração executiva e de fiscalização.

O Conselho de Administração reuniu nove vezes no decurso de 2011. Como decisões mais relevantes, referem-se: aprovação das contas referentes ao exercício de 2010, incluindo a distribuição de dividendos ao acionista; alterações ao quadro de colaboradores e assuntos

conexos; aumento da rede para 4.000 pontos; reconhecimento da imparidade dos suprimentos concedidos à PayShop Moçambique.

Identidade, elementos curriculares e funções de cada membro do Conselho de Administração

Duarte Nuno Lopes Reis D' Araújo

Presidente

Administrador / CFO dos CTT – Correios de Portugal, S.A.

Responsável pela gestão de Unidades Organizacionais dos CTT – Correios de Portugal, S.A.: Finanças Corporativas (FIC), Planeamento e Controlo de Gestão (PLC), Suporte a Clientes e áreas de negócios (SCA), Serviços Financeiros (USF) e Unidade de Serviços Partilhados (USP).

Licenciado em Organização e Gestão de Empresas pelo ISE (atual ISEG), com frequência de cursos de Formação nas áreas de Finanças Internacionais, Desenvolvimento Pessoal, Liderança, para além de vários estágios em Salas de Mercados, ao longo da sua carreira profissional.

De Março de 2005 a Abril 2006 assumiu a função de Diretor Financeiro da Galp Exploração Serviços do Brasil, com sede em Recife, criada no âmbito da atividade de P&P (Pesquisa e Produção) da Galpenergia no Brasil. Desde Agosto de 2001 que desenvolve atividades empresariais nas áreas de Construção Civil e Formação e Lazer.

Foi Membro executivo dos Conselhos de Administração das Empresas Eival (Gás) e PTL (Irlanda) e dos Conselhos Fiscais das Empresas, Sacor Marítima (Transporte Marítimo de Combustíveis), Tanquisado (Armazenagem de Combustíveis) e Galpgeste (Distribuição de Combustíveis).

Helena Maria Gameiro Carreira Rodrigues

Administradora

Licenciada em Economia pela Universidade Católica Portuguesa em 1988, detém também o MBA - Finanças pela mesma Universidade, concluído em 1996, e o 32º PADE - Programa de Alta Direção de Empresas, pela AESE, em 2007.



Iniciou carreira profissional na Arthur Andersen (actual Deloitte), onde esteve de 1988 a 1991. Trabalhou durante 5 anos em análise financeira e gestão de clientes em empresas do sector financeiro, como a Lusoleasing (actualmente, grupo Millenniumbcp) e Deutsche Bank SFAC. Em 1997, integrou o Grupo Luís Simões como Diretora de Controle Financeiro da holding LS Luís Simões SGPS, de onde saiu para constituir, em Fevereiro de 2001, a equipa fundadora da PayShop (Portugal), S.A., onde é administradora desde 2002 e CEO desde 2006.

Funções dos membros do Conselho de Administração em outras empresas

Duarte Nuno Lopes Reis D' Araújo: Administrador CFO dos CTT - Correios de Portugal, S.A.; Presidente do Conselho de Administração da CTT Gest - Gestão de Serviços e Equipamentos Postais, S.A., Administrador da EAD - Empresa de Arquivo de Documentação S.A.

Helena Maria Gameiro Carreira Rodrigues: Não exerce cargos em outras empresas.

6. Remunerações dos membros dos Órgãos Sociais

No quadro seguinte detalham-se as remunerações do Conselho de Administração em 2011.

Duarte Nuno Lopes Reis D' Araújo (P): não remunerado. Exerce o cargo por inerência.

Helena Maria Gameiro Carreira Rodrigues (V1):

	P	V1
1. Remuneração		
1.1. Remuneração base Anual/Fixa (€)		100.100
1.2. Redução decorrente da Lei 12-A/2010 (€)		-5.005,9
1.3. Redução decorrente da Lei 55-A/2010 (€)		-9.509,5
1.4. Remuneração Anual Efectiva (1.1.- 1.2.-1.3.) (€)		85.585
1.5. Senha de presença (€)		
1.6. Acumulação de funções de gestão (€)		
1.7. Remuneração variável (€)		
1.8. IHT (isenção de horário de trabalho) (€)		
1.9. Outras (identificar detalhadamente) (€)		

2. Outras regalias e compensações		
2.1. Plafond Anual em comunicações móveis (€)		960
2.2. Gastos na utilização de comunicações móveis (€)		517,9
2.3. Subsídio de deslocação (€)		
2.4. Subsídio de refeição (€)		2.000,2
2.5. Outras (identificar detalhadamente) (€)		
3. Encargos com benefícios sociais		
3.1. Regime de Proteção Social (€)		20.446,6
3.2. Seguros de saúde (€)		477
3.3. Seguros de vida (€)		
3.4. Seguro de Acidentes Pessoais (€)		
3.5. Outros (identificar detalhadamente) (€)		
4. Parque Automóvel		
4.1. Marca		BMW
4.2. Modelo		318d
4.3. Matrícula		48-HU-00
4.4. Modalidade de Utilização (Aquisição/ALD/Renting/Leasing)		AOV
4.5. Valor de referência da viatura nova (€)		45.078
4.6. Ano Início		2009
4.7. Ano Termo		2013
4.8. Nº Prestações (se aplicável)		48
4.9. Valor Residual (€)		N/A
4.10. Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço (€)		6.289,6
4.11. Combustível gasto com a viatura (€)		1.212
4.12. Plafond anual Combustível atribuído (€)		1.800
4.13. Outros (seguro) (€)		597,8
5. Informações Adicionais		
5.1. Opção pela remuneração do lugar de origem (s/n)		
5.2. Remuneração Líquida Anual pelo lugar de origem (€)		
5.3. Regime de Proteção social		
5.3.1. Segurança social (s/n)		
5.3.2. Outro (indicar)		
5.4. Exercício funções remuneradas fora grupo (s/n)		
5.5. Outras (identificar detalhadamente)		

Durante o ano de 2011 houve um Vogal do Conselho de Administração, Luís Manuel Pinheiro Piteira (renunciou em Novembro 2011), que acumulava com idêntico cargo na EAD - Empresa de Arquivo



de Documentação S.A., também do Grupo CTT, sendo a sua remuneração e custos conexos definidos e pagos por esta empresa, mas debitados em metade à PayShop. O detalhe das remunerações deste Vogal encontra-se no Relatório e Contas da EAD. Os custos suportados pela PayShop em 2011 com este vogal foram de 28.153 Euros.

Fiscal Único	2010	2011 **
Remuneração anual auferida (€)	9.900	9.900

** Em 2011 foi aplicado o artigo 22º da Lei 55-A/2011 (Lei OE/2011) - N/A

7. Sustentabilidade

Na PayShop, o desenvolvimento sustentável destaca-se como um dos pilares fundamentais para a estratégia da empresa: aos objetivos de crescimento do serviço PayShop e de satisfação dos stakeholders junta-se um conjunto de medidas que visam contribuir para o equilíbrio ambiental, assim como o exercício da nossa responsabilidade social através do serviço de donativos disponível na rede de Lojistas.

O objetivo da empresa é disponibilizar uma solução de pagamento electrónica conveniente e segura, ao alcance da maioria da população portuguesa, de modo a satisfazer os interesses das principais utilities, operadores de telecomunicações e outras empresas emittentes de documentos para pagamento e ao mesmo tempo, gerando valor para o retalho, com elevada qualidade do serviço prestado.

Como objectivos estratégicos para alcançar um crescimento sustentável destacam-se:

- Manter crescimento nos serviços core
- Assegurar a satisfação dos stakeholders, colaboradores, clientes, retalho e população portuguesa utilizadora do serviço
- Garantir crescimento através de novos serviços
- Garantir elevados níveis de rentabilidade

Os objectivos anteriores implicam necessariamente uma aposta na inovação e desenvolvimento contínuos de modo a garantir elevados níveis de qualidade.

8. Cumprimento dos princípios de bom governo

Considera-se que os princípios legais de bom governo, dos quais resulta um conjunto de deveres de informação e de governo, nos termos aplicáveis à realidade da empresa, foram cumpridos no exercício em análise.

9. Código de Ética

A empresa e os seus colaboradores encontram-se vinculados ao Código de Ética emanado pelo seu acionista único, os CTT Correios de Portugal, S.A. Pode ser consultado em www.ctt.pt e www.payshop.pt.

10. Sistema de Controlo de Riscos

A PayShop (Portugal), S.A. é regularmente auditada quer pelo Fiscal Único quer por auditores internos do seu acionista.

Presta ainda informação regular ao Banco de Portugal, sob cuja supervisão se encontra, dado o seu estatuto de Instituição de Pagamento.

11. Conflitos de Interesses

Os elementos do Conselho de Administração encontram-se vinculados por lei a entregar declarações sobre eventuais conflitos de interesse.

12. Divulgação de Informação da empresa

No portal das empresas do SEE é divulgada informação pelo acionista CTT Correios de Portugal, S.A..

Relativamente à PayShop, a informação é divulgada como segue:



Informação a constar no Site da Empresa	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Existência de Site	X			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Organigrama			X	
Órgãos Sociais e Modelo de Governo:				
Identificação dos órgãos sociais	X			Incluído no Relatório e Contas
Identificação das áreas de responsabilidade do CA	X			Incluído no Relatório e Contas
Identificação de comissões existentes na sociedade	X			Incluído no Relatório e Contas
Identificar sistemas de controlo de riscos	X			Incluído no Relatório e Contas
Remuneração dos órgãos sociais	X			Incluído no Relatório e Contas
Regulamentos Internos e Externos	X			Incluído no Relatório e Contas
Transacções fora das condições de mercado	X			Incluído no Relatório e Contas
Transacções relevantes com entidades relacionadas	X			Incluído no Relatório e Contas
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	X			Incluído no Relatório e Contas
Código de Ética	X			Incluído no Relatório e Contas
Relatório e Contas	X			
Provedor do cliente			X	

1.3. CUMPRIMENTO DE ORIENTAÇÕES LEGAIS

1. Objetivos de Gestão

Ver ponto 1. em 1.2. acima.

2. Gestão do Risco Financeiro

Gestão de Risco Financeiro - Despacho n.º 101/09-SETF, de 30-01	CUMPRIDO			Descrição
	S	N	N.A.	
Procedimentos adoptados em matéria de avaliação de risco e medidas de cobertura respectiva				A empresa não tem endividamento remunerado
Diversificação de instrumentos de financiamento			X	
Diversificação das modalidades de taxa de juro disponíveis			X	
Diversificação de entidades credoras			X	
Contratação de instrumentos de gestão de cobertura de riscos em função das condições de mercado			X	
Adopção de política activa de reforço de capitais permanentes				
Consolidação passivo remunerado: transformação passivo Curto em M/L prazo, em condições favoráveis			X	
Contratação da operação que minimiza o custo financeiro (all-in-cost) da operação			X	
Minimização da prestação de garantias reais			X	
Minimização de cláusulas restritivas (covenants)			X	
Medidas prosseguidas com vista à optimização da estrutura financeira da empresa				
Adopção de política que minimize afectação de capitais alheios à cobertura financeira dos investimentos			X	
Opção pelos investimentos com comprovada rentabilidade social/empresarial, beneficiam de FC e de CP	X			
Utilização de auto financiamento e de receitas de desinvestimento	X			
Inclusão nos R&C				
Descrição da evolução tx média anual de financiamento nos últimos 5 anos			X	
juros suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos nos últimos 5 anos			X	
Análise de eficiência da política de financiamento e do uso de instrumentos de gestão de risco financeiro			X	
Reflexão nas DF 2011 do efeito das variações do justo valor dos contratos de swap em carteira			X	

3. Prazo Médio de Pagamento

PMP	1ºT 2010	2ºT 2010	3ºT 2010	4ºT 2010	1ºT 2011	2ºT 2011	3ºT 2011	4ºT 2011
PMP a Fornecedores (dias)	42	42	42	36	36	37	36	37

4. Atrasos em Pagamentos

A empresa não tem faturas por pagar nas circunstâncias de mais de 90 dias de atraso sobre o respetivo vencimento (ver Nota 20).

5. Deveres Especiais de Informação

O reporte às autoridades competentes de informações sobre planos de atividades anuais e plurianuais, orçamento, investimento, financiamento e execução orçamental é efetuado pelo acionista CTT Correios de Portugal, S.A..

6. Cumprimento de Recomendações do Acionista

Não aplicável, na medida em que não houve recomendações emitidas pelo acionista na aprovação das contas de 2010.

7. Remunerações

Redução das remunerações do Conselho de Administração: cumprimento integral das Leis 55-A/2010 e 12-A/2010. Não foi atribuído prémio de gestão; a remuneração manteve o corte de 5% e foi efetuado um corte de 10%. Ver acima o quadro do nº 6 em 1.2.

Redução das remunerações dos colaboradores: cumprimento integral das Leis 55-A/2010 e 12-A/2010, nos seus exatos termos.

8. Contratação Pública e SNCP

Ver ponto 4 em 1.2. acima. A empresa seguirá as recomendações do seu acionista nesta matéria.



9. Limites ao Acréscimo de Endividamento

Não aplicável. A empresa não tem endividamento remunerado.

10. Plano de Redução de Custos

A empresa é dotada de elevada rentabilidade e de uma estrutura de custos assente em custos essencialmente variáveis. Torna-se assim dificilmente conciliável crescer e em simultâneo reduzir custos, na medida em que o crescimento induz custos variáveis adicionais e que a parte de custos fixos e semifixos já está minimizada. Ainda assim, podemos constatar que em 2011 foi conseguida uma redução conjunta de 11% nos FSE (Fixos e Semifixos) e Pessoal, em grande parte devido às reduções salariais.

Já no que diz respeito ao aumento em 5% dos custos variáveis, encontra-se em linha com o crescimento da receita no exercício.

O quadro seguinte pretende esclarecer esta evolução.

m€	2010	2011	Variação	%
FSE + Pessoal, dos quais	7.972	7.931	- 41	-1%
FSE 100% Variáveis	5.026	5.295	269	5%
FSE Fixos e Semifixos + Pessoal	2.946	2.636	- 310	-11%

11. Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado

Não aplicável, pois a PayShop (Portugal), SA é uma empresa financeira.

1.4. CLIENTES E SERVIÇOS

Como já referido, no ano de 2011, que, à semelhança dos três anteriores, ficou marcado por uma conjuntura económica muito adversa, a PayShop evidenciou uma procura contínua dos seus serviços de pagamento, que se traduziu num crescimento de 4,1% no número de transações face a 2010, concluindo-se o ano com cerca de 56 milhões de transações.

Trata-se de uma demonstração da proposta de valor que o mercado - Clientes e Utilizadores - reconhece ao serviço de pagamento da empresa. Salienta-se que o crescimento supra referido foi conseguido apesar de, à semelhança de 2010, se ter verificado uma quebra face ao ano anterior do serviço mais expressivo (o carregamento de telemóveis), embora menos intensa que no ano transato.

Esta quebra foi compensada por uma performance bastante positiva dos serviços de pagamento de faturas, de serviços Internet-related e pagamento de portagens.

Foi também relevante o contributo do serviço de Bilhética de Transportes Públicos, que em 2011 representou 13% do total de pagamentos processados.

A quebra registada pelo carregamento de telemóveis e o crescimento de outros serviços, veio continuar a reduzir o peso do carregamento de telemóveis no total das transações efectuadas pela PayShop, facto que vemos como globalmente positivo.

Em resumo, durante o ano 2011 a PayShop angariou 52 novos clientes fechando, assim, o ano com 499 entidades com pagamento payshop disponível.

Em 2011, lançámos uma linha de serviços distinta e inovadora – os serviços sobre o Cartão de Cidadão. Em resultado de um protocolo assinado entre a PayShop e a Agência para a Modernização Administrativa, os portugueses portadores de cartão de cidadão podem ir a qualquer loja PayShop e fazer um conjunto de operações úteis: tirar comprovativos de morada ou de números de identificação, mudar o PIN, entre outros.

Consideramos que o lançamento da linha de serviços ao cidadão veio provar a conveniência e notoriedade da rede da PayShop, e esperamos que venha a constituir um eixo de crescimento em anos futuros.

1.5. REDE PAYSHOP

A atividade desta área em 2011 teve como resultado alcançar cerca de 4.000 pontos de pagamento, procurando em simultâneo garantir a melhoria qualitativa de forma a aumentar a performance por



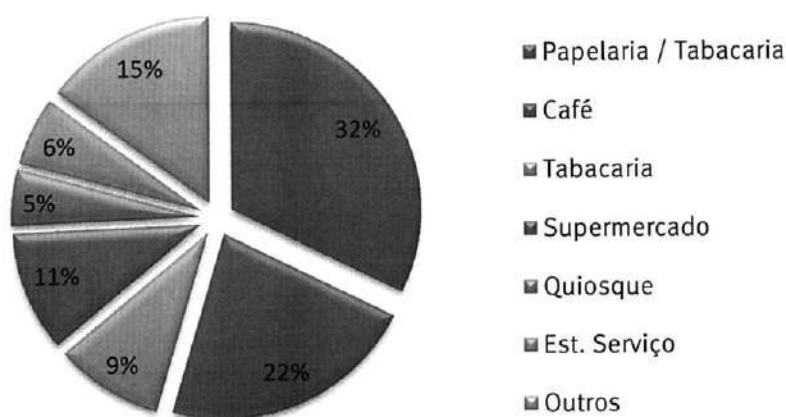
ponto e substituição dos lojistas descomissionados. Procurámos aproveitar as oportunidades de crescimento da rede abertas pelo encerramento do concorrente Entigere, o que se traduziu num crescimento adicional de algumas dezenas de pontos.

Manteve-se o contexto macroeconómico desfavorável, cujos efeitos se sentiram fundamentalmente ao nível do encerramento de muitos estabelecimentos, o que fez com que os níveis de descomissionamento fossem elevados (313), contudo à semelhança de anos anteriores, em 2011 foram instalados 491 novos pontos Payshop e o ano terminou com 3.994 lojistas ativos.

A angariação de novos estabelecimentos com qualidade, que foi sempre uma preocupação da empresa, tem-se revelado progressivamente mais difícil, persistindo os sinais de esgotamento do potencial de crescimento da rede.

Tradicionalmente, o serviço Payshop encontra-se disponível em lojas de elevada conveniência para os consumidores, tanto pela localização dos mesmos (lugares de passagem e frequência quotidiana) como pelos horários de abertura alargados, constituindo-se como uma mais valia para as pessoas que pretendem pagar as suas contas.

Graficamente, podemos ver a tipologia dos estabelecimentos de retalho que constituem a rede payshop, sendo que nesta segmentação se mantém a predominância das papelarias/tabacarias, cafés, tabacarias, supermercados e quiosques.



No seguimento do que aconteceu nos anos anteriores, continuamos a apostar em estratégias de fidelização e visibilidade da rede, através de visitas regulares pela equipa de gestores de rede, da renovação regular e da colocação de novos materiais de ponto de venda de maior impacto, de forma a ser ainda mais fácil ao consumidor identificar os pontos payshop.

1.6. MARKETING E COMUNICAÇÃO

A estratégia de Marketing de 2011 teve em consideração dois públicos-alvo. Por um lado, o Utilizador, enfatizando vantagens e benefícios do serviço e tendo como objectivo o acréscimo do número de utilizadores. Por outro, a Rede de lojistas, incentivando melhorias de performance, a contínua melhoria da qualidade de serviço e, conseqüentemente, reforçando a notoriedade da marca payshop.

Esta estratégia traduziu-se em vários momentos de comunicação.

Em 2011 desenvolvemos um Estudo de Mercado (começou a ser delineado no final de 2010 mas decorreu em 2011) com o objetivo de identificar o actual perfil dos utilizadores do serviço, acompanhar os níveis de notoriedade e utilização da marca para uma melhor adequação das ações de marketing a desenvolver.

Com o lançamento dos serviços do Cartão de Cidadão, decorreu um evento para assinatura do protocolo entre a AMA e a PayShop e foram desenvolvidos:

- Folhetos para divulgação destes serviços aos cidadãos, distribuídos em todas as Lojas do Cidadão do país
- Cartaz de divulgação dos serviços em toda a rede

Em Outubro 2011 efectuámos um concurso dirigido aos utilizadores, que passou pelo incentivo ao pagamento das contas de casa na PayShop e em que foram sorteados como prémios carregamentos de telemóvel, tendo como objetivo o cross-selling, a divulgação junto dos utilizadores dos nossos principais serviços, fomentando a utilização/experimentação para assim captar novos utilizadores/fidelizar os já existentes.

Ao longo do ano aconteceram várias campanhas pontuais de recolha de donativos para Instituições de Solidariedade, para além daquelas que se mantêm em regime permanente.

Mantiveram-se as restantes formas de comunicação periódicas e específicas para a rede, como a payshop news e o Clube p, para além de outros mailings específicos, informativos de novos serviços (como o pagamento de portagens), campanhas ou outras alterações operacionais.

Ainda no Clube p, desenvolvemos uma campanha relacional junto da rede, que pela primeira vez elegeram o destino da Viagem que constitui o Grande Prémio anual Clube p, através de votação.

1.7. DESENVOLVIMENTO E SUPORTE

Em 2011 o desenvolvimento continuou empenhado na implementação de novos serviços e na melhoria das ferramentas de suporte operacional ao negócio.

Através de uma nova parceria, alargámos o carregamento de telemóveis de múltiplos operadores móveis de vários países do mundo. O cliente tem apenas de designar o operador móvel, o número e o montante a carregar, de forma semelhante ao carregamento de telefones nacionais. Cidadãos imigrantes que realizam carregamentos para as suas famílias nos seus países de origem são exemplos típicos de utilizadores deste serviço.

Noutra vertente, 2011 deve ser destacado pela implementação de aplicações de suporte a processos internos de negócio da PayShop, nomeadamente, gestão do parque de equipamentos, gestão da dívida dos agentes e facturação.

A aplicação de gestão do parque de equipamentos permite registar todas as ocorrências relacionadas com os vários terminais e periféricos da PayShop usados na rede. O acompanhamento histórico dos equipamentos é fundamental para otimizar a gestão e o controlo dos mesmos.

A cobrança de dívida dos lojistas é uma atividade de extrema importância no negócio da PayShop, ainda mais no atual contexto sócio-económico. A nova aplicação de gestão da dívida procura facilitar os processos de cobrança através de: processamento automático dos ficheiros de retorno

dos bancos; registo de pagamentos avulsos realizados pelos lojistas; reconciliação entre cobranças devolvidas e pagamentos realizados; apresentação de informação consolidada.

Por outro lado, a nova faturação automatiza um processo sensível. Na base do sistema estão as comissões que são calculadas a priori sempre que uma transação entra no sistema. Contudo, estão também disponíveis métodos a posteriori em que o valor facturado ao cliente varia por patamares de número total de transações mensais.

Por último, deve ser referido o trabalho realizado sobre o pagamento de portagens. Depois da introdução do serviço em finais de 2010, 2011 foi o ano em que a solução atingiu a maturidade na PayShop com a introdução de várias melhorias técnicas. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento implementou serviços complementares como o aluguer/devolução de dispositivos temporários e a venda de pré-pagos virtuais para disponibilização em redes de terceiros geridas pelos CTT.

1.8. RECURSOS HUMANOS

O ano de 2011 foi estável no que diz respeito ao número de colaboradores, embora se tenham verificado alterações na composição da equipa.

Finalizou-se o ano com 31 colaboradores (33 no final do exercício anterior). A distribuição por géneros revela equilíbrio - 14 mulheres e 17 homens. A idade média ronda os 34 anos, tendo 91% dos colaboradores idade inferior a 40 anos. 36% dos colaboradores têm curso superior.

Ao longo do ano 2011 foram efetuadas ações de formação, on the job e externa, como meio para a evolução das competências dos colaboradores. As ações de formação em 2011 totalizaram 905 horas.

Na sequência do OE/2011, dado o enquadramento da PayShop no Sector Empresarial do Estado, as remunerações sofreram uma redução média de 8%, não obstante os resultados alcançados e o grau de cumprimento dos objetivos traçados pelo acionista CTT, sendo de destacar o empenho, dedicação e esforço que a equipa continuou a revelar.

Naturalmente que as reduções salariais enquadradas no programa de contenção de custos do SEE constituem preocupação da gestão, no sentido em que as mesmas possam ter efeito na



estabilidade da equipa e bem assim na sustentabilidade da empresa, que conta com um quadro de colaboradores bastante reduzido.

1.9. RESULTADOS, INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO

Em termos de rendimentos operacionais totais e rentabilidade, a PayShop encerrou o exercício económico de 2011 com um crescimento de 4 p.p., para 15,8 milhões de euros, o que se traduziu numa margem EBITDA de 47% e um resultado líquido de 5,3 milhões de euros.

Este desempenho positivo foi possível devido ao foco na estratégia definida, assente no crescimento e diversificação dos serviços existentes, o que levou a um incremento de 4,4% do rendimento operacional de transações, para 15,4 milhões de euros (mais 650 mil euros que em 2010).

A par do aumento do rendimento operacional de transações em cerca de 650 mil euros, os custos fixos e semi-fixos foram inferiores aos do ano anterior em 714 mil euros, tendo no entanto os custos variáveis (essencialmente remuneração da rede, comunicações da infraestrutura e royalties) aumentado em 232 mil euros, em função do crescimento dos rendimentos operacionais.

Em termos dos custos fixos e semi-fixos, o decréscimo deveu-se essencialmente ao facto de os custos das remunerações e de marketing serem inferiores aos do ano anterior e de as perdas por imparidade com a PayShop Moçambique terem sido inferiores às registadas em 2010.

No exercício em análise, a empresa gerou cash-flow operacional de nível elevado, tendo encerrado 31 de Dezembro com significativas disponibilidades e uma sólida situação financeira. À semelhança dos anos anteriores, os resultados revertem na totalidade para o acionista único da empresa, os CTT Correios de Portugal, sob a forma de dividendos distribuídos.

1.10. PERSPETIVAS PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO

Para 2012 prevê-se que a conjuntura macroeconómica se mantenha desfavorável, no entanto, o desafio colocado pelo acionista é que o próximo ano volte a ser de crescimento, como aliás tem sido a regra.

O crescimento assenta em três eixos principais: o aumento do número de utilizadores, a melhoria da qualidade da rede e os novos serviços.

No primeiro eixo, realizaremos ações direcionadas ao consumidor que visem aumentar, à semelhança do que regulamente procuramos fazer, o número de portugueses que usam a PayShop, através de lançamento de iniciativas de marketing. Estas ações são ainda relevantes para contrariar a tendência de decréscimo moderado do serviço de carregamento de telemóveis - que se mantém o nosso principal serviço - mas que apresenta perspetivas de crescimento muito limitadas.

A nível da rede da PayShop, em 2012, a conjuntura negativa no retalho e no clima económico recomenda que procuremos minimizar os riscos de cobrança e garantir a qualidade de crédito da rede em detrimento do seu crescimento. Salientamos que é possível que em 2012 a rede possa reduzir-se face à dimensão atual, caso se venha a revelar impossível a contratação de novos Lojistas que cumpram os critérios de qualidade e risco exigidos.

Procuraremos lançar novos serviços e conquistar clientes de forma permanente, como eixo de crescimento indispensável à inovação e sustentabilidade económica, estratégia à qual dedicaremos o maior enfoque em 2012, em particular às oportunidades de negócio que possam ser abertas na sequência da transformação da empresa em Instituição de Pagamento e serviços relacionados com a Administração Pública. A este respeito, procuraremos dinamizar os serviços relacionados com o cartão de cidadão lançados em 2011.

Os elevados níveis de disponibilidade e qualidade de serviço a que habituámos os nossos lojistas, clientes e utilizadores irão continuar a merecer a habitual extrema atenção, convictos como estamos do enorme papel que têm na sustentabilidade económica da empresa e nos reconhecidamente altos níveis de eficiência alcançados.

Fruto da elevada eficiência da empresa, onde se destaca o EBITDA de 47% obtido em 2011, perspetivamos que os ganhos adicionais de eficiência atingíveis em 2012 sejam relativamente marginais.

Esperamos continuar a apresentar níveis de rentabilidade interessantes em 2012, e procuraremos garantir o empenho e estabilidade dos nossos colaboradores para atingir os objectivos traçados pelo acionista.

1.11. APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O resultado líquido obtido no exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 foi positivo no valor de 5.295.879,68 euros.

Propõe-se a seguinte aplicação de resultados:

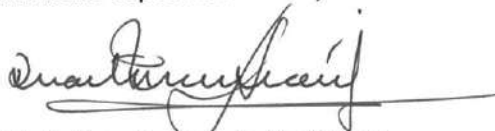
- Para dividendos: 5.295.879,68 euros

Propõe-se ainda a distribuição dos resultados transitados, no montante de 428.986,00 Euros.

Lisboa, 8 de Março de 2012

O Conselho de Administração

Duarte Nuno Lopes Reis D'Araújo



Helena Maria Gameiro Carreira Rodrigues



Handwritten initials/signature in the top right corner.

2. Demonstrações Financeiras

Handwritten initials/signature in the bottom left corner.

PAYSHOP (PORTUGAL), S.A.

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

UNIDADE MONETÁRIA: Euro

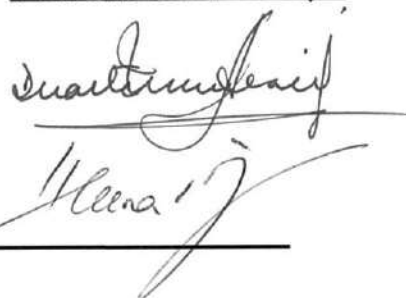
	NOTAS	31.12.2011	31.12.2010
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	6	740.310	904.086
Activos intangíveis	8	113.334	153.334
Total do activo não corrente		853.644	1.057.420
Activo corrente			
Clientes	11	1.686.162	1.594.686
Accionistas/ sócios e empresas do Grupo	5	-	74.920
Outras contas a receber	11	11.564	524.425
Diferimentos	12	28.830	21.829
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.184.657	5.428.840
Total do activo corrente		8.911.213	7.644.700
Total do activo		9.764.857	8.702.120
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	14	1.500.000	1.500.000
Reservas legais	15	300.000	300.000
Resultados transitados	15	428.986	428.986
Outras variações no capital próprio		765	765
Resultado líquido do período	17	5.295.880	4.172.646
Total do capital próprio		7.525.631	6.402.397
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	9/18	222.205	226.164
Total do passivo não corrente		222.205	226.164
Passivo corrente			
Fornecedores	20	711.771	642.631
Estado e outros entes públicos	21	354.342	319.697
Accionistas/ sócios e empresas do Grupo	5	497.568	319.054
Outras contas a pagar	20	453.340	400.366
Diferimentos	12	-	391.811
Total do passivo corrente		2.017.021	2.073.559
Total do passivo		2.239.226	2.299.723
Total do capital próprio e do passivo		9.764.857	8.702.120

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



PAYSHOP (PORTUGAL), S.A.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

UNIDADE MONETÁRIA: Euro

	NOTAS	2011	2010
Vendas e serviços prestados	22	15.445.654	14.800.599
Ganhos/ perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		32.871	(62.509)
Fornecimentos e serviços externos	24	(6.987.310)	(6.844.616)
Gastos com o pessoal	25	(944.938)	(1.128.548)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	13	(240.969)	(413.071)
Imparidade de investimentos não depreciáveis/ amortizáveis (perdas/reversões)	13	-	(235.946)
Outros rendimentos e ganhos	23	350.478	453.412
Outros gastos e perdas	27	(238.549)	(222.728)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		7.417.237	6.346.593
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	26	(324.705)	(376.888)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		7.092.532	5.969.705
Juros e rendimentos similares obtidos	28	345.536	80.497
Juros e gastos similares suportados		-	(1.322)
Resultado antes de impostos		7.438.068	6.048.880
Imposto sobre o rendimento do período	30	(2.142.188)	(1.876.234)
Resultado líquido do período		5.295.880	4.172.646
Resultado por acção	17	17,65	13,91

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Dona Inês Duarte

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marta Almeida
Clara

PAYSHOP (PORTUGAL), S.A.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

UNIDADE MONETÁRIA: Euro

NOTAS	2011	2010
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Recebimentos de clientes	19.142.550	17.883.441
Pagamentos a fornecedores	(8.259.209)	(8.404.597)
Pagamentos ao pessoal	(974.981)	(1.067.239)
	Caixa gerada pelas operações	8.411.605
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	9.908.360	8.411.605
Pagamento de outros impostos	(1.963.909)	(3.005.219)
Outros recebimentos/pagamentos	(1.908.351)	(1.611.078)
	Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	3.649.144
	5.858.005	3.649.144
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Recebimentos provenientes de:		
Juros e rendimentos similares	343.814	80.497
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	(173.356)	(21.410)
Outros activos	(100.000)	(38.477)
	Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	20.610
	70.458	20.610
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Dividendos	(4.172.646)	(4.693.597)
	Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	(4.693.597)
	(4.172.646)	(4.693.597)
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	1.755.817	(1.023.843)
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	5.428.840	6.452.683
Caixa e seus equivalentes no fim do período	7.184.657	5.428.840

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Daniel Pina

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luís Miguel

Clara

PAYSHOP (PORTUGAL), S.A.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

UNIDADE MONETÁRIA: Euro

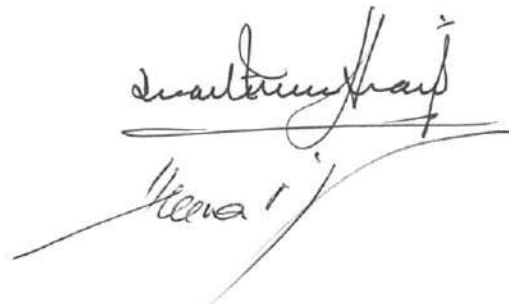
NOTAS	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2010	1.500.000	300.000	765	370.000	4.752.583	6.923.348
ALTERAÇÕES NO PERÍODO:						
Primeira Adopção do novo referencial contabilístico				58.986	(58.986)	-
	-	-	-	58.986	(58.986)	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO DE 2010					4.172.646	4.172.646
RESULTADO INTEGRAL DO PERÍODO DE 2010					4.113.660	4.172.646
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO						
Distribuição de dividendos					(4.693.597)	(4.693.597)
	-	-	-	-	(4.693.597)	(4.693.597)
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO DE 2010	1.500.000	300.000	765	428.986	4.172.646	6.402.397
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2011	1.500.000	300.000	765	428.986	4.172.646	6.402.397
ALTERAÇÕES NO PERÍODO:						
	-	-	-	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO DE 2011					5.295.880	5.295.880
RESULTADO INTEGRAL DO PERÍODO DE 2011					5.295.880	5.295.880
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO						
Distribuição de dividendos					(4.172.646)	(4.172.646)
	-	-	-	-	(4.172.646)	(4.172.646)
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO DE 2011	1.500.000	300.000	765	428.986	5.295.880	7.525.631

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



PAYSHOP (PORTUGAL), S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2011

(Montantes expressos em euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A PayShop (Portugal), S.A. ("PayShop" ou "Empresa"), com sede na Av. D. João II, lote 01 12 03 em Lisboa, é uma sociedade anónima, tendo sido constituída sob a forma de sociedade por quotas em 29.11.2000 com um capital de 5.000 Euros e tem como actividade principal a gestão de rede de pontos de pagamento e consultoria técnica na referida área.

Em Abril de 2001 verificou-se um aumento do capital social para 500.000 Euros e a transformação da Empresa em sociedade anónima.

No primeiro semestre de 2001, a Empresa obteve a aprovação do seu pedido de alteração da data de prestação de contas de 31 de Dezembro para o dia 30 de Junho de cada ano, de forma a existir coerência na data de fecho com o acionista maioritário.

Em Abril de 2002, o capital social foi de novo aumentado para 3.750.000 Euros, tendo-se verificado a entrada de três novos acionistas. Em Março de 2004 ocorreu a venda de 99,38% das acções representativas do capital social da Empresa à CTT - Correios de Portugal, S.A., e durante o mês de Junho ocorreu a venda dos restantes 0,62% à mesma entidade.

Em 8 de Janeiro de 2007 procedeu-se à entrega de declaração de alteração do período fiscal, o qual passou a coincidir com o ano civil a partir do exercício de 2007, de modo a torná-lo coerente com as datas de apresentação de contas do acionista único, a Empresa CTT - Correios de Portugal, S.A.

Em Maio de 2007 a Empresa procedeu a uma redução do capital social de 3.750.000 euros para 1.500.000 euros, ficando o mesmo representado por 300.000 acções com o valor nominal unitário de 5 euros.

Nos termos do art.º 7º do Decreto-Lei nº 158/2009, a Empresa está dispensada de elaborar demonstrações financeiras consolidadas dado que os CTT – Correios de Portugal, S.A., elaboram contas consolidadas e são titulares da totalidade das partes de capital da Empresa.

Em conformidade, as presentes demonstrações financeiras da Empresa são as suas demonstrações financeiras individuais.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Empresa opera.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da Empresa, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”), regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as retificações da Declaração de Rectificação nº67-B/2009, de 11 de Setembro, e com as alterações introduzidas pela Lei nº 20/2010, de 23 de Agosto;
- Portaria nº 986/2009, de 7 de Setembro (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso nº 15652/2009, de 7 de Setembro (Estrutura Conceptual);
- Aviso nº 15655/2009, de 7 de Setembro (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- Aviso nº 15654/2009, de 7 de Setembro (Normas Interpretativas);
- Portaria nº 1011/2009, de 9 de Setembro (Código de Contas).

Em todos os aspectos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação foram utilizadas as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) que integram o SNC. As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no art.º 1º da Portaria nº 986/2009, de 7 de Setembro, designadamente o balanço, a demonstração

dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo.

O normativo SNC foi utilizado na elaboração das demonstrações financeiras pela primeira vez em 2010, passando a constituir o referencial de base para os períodos subsequentes. Estas normas foram ainda aplicadas ao período iniciado em 1 de Janeiro de 2009 e findo em 31 de Dezembro de 2009 de forma a apresentar as demonstrações financeiras reexpressas para efeitos comparativos.

Conforme previsto no Anexo ao Decreto-Lei nº 158/2009, a Empresa aplica supletivamente as Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro (“IAS/IFRS”) e as respetivas interpretações (“SIC/IFRIC”) do IASB, de forma a colmatar lacunas ou omissões relativas a aspectos de algumas transações ou situações particulares não previstas no SNC.

Nos períodos de 2011 e de 2010 a que respeitam as presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que pudessem ter produzido efeitos materialmente relevantes pondo em causa a imagem verdadeira e apropriada da informação divulgada.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas pela Empresa na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo e foram consistentemente aplicadas.

3.1 - Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis (Nota 6) são inicialmente registados ao custo de aquisição ou de produção. O custo de aquisição inclui: (i) o preço de compra do activo, (ii) as despesas directamente imputáveis à compra, e (iii) os custos estimados de desmantelamento, remoção dos ativos e restauração do local. Após o reconhecimento inicial os ativos fixos tangíveis são mensurados ao custo deduzido de depreciações acumuladas e perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável.

As depreciações dos ativos tangíveis, deduzidos do seu valor residual, são calculadas de acordo com o método da linha recta (quotas constantes), a partir do mês em que se encontram disponíveis para utilização, durante a vida útil dos ativos, a qual é determinada em função da utilidade

esperada. As taxas de depreciação praticadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis estimadas para as diversas classes de ativos:

	<u>Anos de vida útil</u>
Edifícios e outras construções	10 – 50
Equipamento básico	4 – 10
Equipamento administrativo	3 – 10
Outros activos fixos tangíveis	5 – 10

A depreciação cessa quando os ativos passam a ser classificados como detidos para venda.

Em cada data de relato, a Empresa avalia se existe qualquer indicação de que um activo possa estar em imparidade. Sempre que existam tais indícios, os ativos fixos tangíveis são sujeitos a testes de imparidade, sendo o excesso da quantia escriturada face à quantia recuperável, caso exista, reconhecido em resultados. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um ativo menos os custos de o vender e o seu valor de uso.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos tangíveis ainda em fase de construção/produção, encontrando-se registados ao custo de aquisição ou produção. Estes ativos são depreciados a partir do mês em que se encontrem em condições de ser utilizados nos fins pretendidos.

Os encargos com manutenção e reparações de natureza corrente são registados como gastos do período em que são incorridos. As grandes reparações que originem acréscimo de benefícios ou de vida útil esperada são registadas como ativos tangíveis e depreciadas às taxas correspondentes à vida útil esperada. A componente substituída é identificada e abatida.

As mais ou menos valias decorrentes da alienação de ativos fixos tangíveis, determinadas pela diferença entre o valor de venda e a respectiva quantia registada na data da alienação, são contabilizadas em resultados na rubrica “Outros rendimentos e ganhos “ ou “Outros gastos e perdas”.

3.2 - Concentração de atividades empresariais e goodwill

A aquisição de empresas subsidiárias, entidades conjuntamente controladas e associadas é contabilizada pela aplicação do método da compra. Na data em que a aquisição ocorre, esta é registada pelo seu custo, sendo este constituído pelo agregado (i) dos justos valores, à data da

aquisição, dos ativos e passivos identificáveis da adquirida, e (ii) de quaisquer custos directamente atribuíveis à concentração em causa.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida constitui o goodwill (Nota 7), em conformidade com o estabelecido na NCRF 14 – Concentração de Actividades Empresariais. Decorrente da excepção prevista no NCRF 3 – Adopção pela Primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, a Empresa aplicou as disposições da NCRF 14 apenas às aquisições ocorridas posteriormente a 1 de Janeiro de 2009. Os valores de goodwill correspondentes a aquisições anteriores a 1 de Janeiro de 2009 foram mantidos, pelas quantias líquidas apresentadas nessa data, sendo sujeitos anualmente a testes de imparidade desde aquela data.

O goodwill não é amortizado. O seu valor recuperável é avaliado anualmente ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do período. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos activos, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos do negócio. As perdas por imparidade não são revertíveis.

Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos ativos e passivos adquiridos, a diferença apurada é registada como ganho financeiro na Demonstração dos resultados por naturezas do período em que ocorre a aquisição.

Na alienação de uma empresa subsidiária, controlada conjuntamente ou associada, o correspondente goodwill é incluído na determinação da mais ou menos valia.

3.3 - Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis (Nota 8) são inicialmente registados ao custo de aquisição. Após o reconhecimento inicial os ativos intangíveis são mensurados ao custo deduzido das amortizações acumuladas e das perdas de imparidade, quando aplicável. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

Os ativos intangíveis, compreendem essencialmente licenças e outros direitos de uso.

Os ativos intangíveis são amortizados pelo método da linha recta (quotas constantes), a partir do mês em que se encontram disponíveis para utilização, durante a vida útil estimada, que se situa num período que varia entre 3 e 5 anos. Exceção para os ativos respeitantes a propriedade industrial, que são amortizados durante o período de tempo em que tem lugar a sua utilização exclusiva e, para os ativos intangíveis com vida útil indefinida, que não são objecto de amortização, sendo antes sujeitos a testes de imparidade com uma periodicidade anual, ou então sempre que haja uma indicação de que possam estar em imparidade.

As mais ou menos valias resultantes da alienação dos ativos intangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data da alienação, sendo registadas na Demonstração dos resultados por naturezas como “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

3.4 - Participações Financeiras

As participações financeiras nas quais a Empresa tem controlo, geralmente representado por mais de metade dos direitos de voto (empresas subsidiárias), nas que exerce influência significativa, geralmente onde a participação se situa entre os 20% e os 50% dos direitos de voto (empresas associadas) ou nas que controla conjuntamente com outras entidades, são registadas no balanço em “Participações financeiras – método da equivalência patrimonial”, pelo método da equivalência patrimonial (Nota 9).

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo e posteriormente ajustadas pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas subsidiárias, conjuntamente controladas ou associadas por contrapartida de “Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos”, e por outras variações ocorridas nos seus capitais próprios por contrapartida de “Ajustamentos em ativos financeiros”. Adicionalmente, as participações financeiras poderão igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas por imparidade. Anualmente ou quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade, é realizada uma avaliação e as perdas por imparidade que se demonstre existir, são registadas como gastos na Demonstração dos resultados por naturezas.



Os resultados das participadas adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos na demonstração de resultados por naturezas desde a data da sua aquisição e até à data da sua alienação.

Quando as perdas em empresas subsidiárias ou associados excedem o investimento efectuado nessas entidades, o valor contabilístico do investimento financeiro é reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, excepto na parcela em que a Empresa incorra numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas em nome da subsidiária ou associada, caso em que é registada uma Provisão (Nota 18).

3.5 - Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Empresa) são registadas às taxas de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira para os quais não há acordo de fixação de câmbio são convertidos para Euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data do balanço.

As diferenças de câmbio, favoráveis ou desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das operações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do balanço, são registadas como “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas” na Demonstração de resultados por naturezas do período (Notas 23, 27 e 29).

As diferenças de câmbio positivas relativas a actividades de investimento são relevadas na demonstração dos resultados por naturezas como “Outros rendimentos e ganhos” e as negativas como “Outros gastos e perdas” (Nota 29).

As taxas de câmbio utilizadas na conversão das demonstrações financeiras e dos saldos em moeda estrangeira foram as seguintes (X de moeda estrangeira por 1 Euro):

	2011		2010	
	Fecho	Médio	Fecho	Médio
Metical de Moçambique (MZM)	34,96	-	43,65	-
Dólar dos USA (USD)	1,2939	1,3920	1,3362	-



3.6 - Imparidade de ativos tangíveis e intangíveis, excepto goodwill

A Empresa efectua avaliações de imparidade dos seus ativos fixos tangíveis e intangíveis sempre que ocorre algum evento ou alteração que indique que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso da existência de tais indícios, a Empresa procede à determinação do valor recuperável do activo, de modo a determinar a extensão da perda por imparidade. Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse activo pertence.

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. O justo valor é o valor que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras. O valor de uso decorre dos fluxos de caixa futuros estimados e descontados do activo durante a vida útil esperada. A taxa de desconto utilizada na actualização dos fluxos de caixa descontados reflecte o valor actual do capital e o risco específico do ativo.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa seja superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada na Demonstração dos resultados por naturezas do período a que se refere, na rubrica de "Imparidade de investimentos depreciáveis/ amortizáveis (perdas/reversões)".

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na demonstração de resultados como dedução à rubrica "Imparidade de investimentos depreciáveis/ amortizáveis (perdas/reversões)". Contudo, a reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações ou amortizações) caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em anos anteriores, e é reconhecida como um rendimento na demonstração de resultados.

3.7- Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um activo financeiro numa entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio noutra entidade.

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais. Um ativo financeiro é qualquer ativo que seja dinheiro ou um direito contratual de receber dinheiro. Um passivo financeiro é qualquer passivo que se consubstancie numa obrigação contratual de entregar dinheiro.

Os ativos financeiros da Empresa são basicamente os Clientes e outras contas a receber e, Caixa e equivalentes de caixa. Os passivos financeiros são fundamentalmente os Financiamentos obtidos e os Fornecedores e outras contas a pagar. Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados na data do relato financeiro ao custo ou ao custo amortizado subtraído da perda por imparidade, sendo o custo amortizado determinado através do método do juro efectivo. O juro efectivo é calculado através da taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Por instrumento de capital próprio entende-se um qualquer contrato que evidencie um interesse nos ativos da Empresa após a subtracção de todos os passivos. Os instrumentos de capital próprio são basicamente as acções da empresa e prestações suplementares e acessórias, sempre que cumpram o conceito de instrumento de capital próprio.

Clientes e outras contas a receber

Os saldos de clientes e de outros devedores constituem as contas a receber por serviços prestados pela Empresa no decurso normal da sua actividade (Nota 11). Se é expectável que a sua cobrança ocorra dentro de um ano ou menos, são classificadas como ativo corrente. Caso contrário são classificadas como ativo não corrente.

As contas a receber classificadas como ativo corrente não têm implícito juro e são apresentadas pelo respectivo valor nominal, deduzidas de perdas de realização estimadas (perdas por imparidade), calculadas essencialmente com base na antiguidade das contas a receber. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

As contas a receber classificadas como ativo não corrente são mensuradas pelo respectivo custo amortizado, determinado de acordo com o método da taxa de juro efectiva. Quando existe

evidência de que as mesmas se encontram em imparidade, procede-se ao registo da correspondente perda em resultados.

O seu desreconhecimento só ocorre quando expiram os direitos contratuais.

Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos nas rubricas de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existam limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e seus equivalentes” é deduzida dos descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica de “Financiamentos obtidos” (Nota 4).

Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e outros credores (Nota 20) são responsabilidades respeitantes à aquisição de mercadorias ou serviços pela Empresa no decurso normal das suas actividades. Se o pagamento for devido dentro de um ano ou menos são classificadas como passivo corrente. Caso contrário, são classificadas como passivo não corrente.

As contas a pagar classificadas como passivo corrente são registadas pelo seu valor nominal.

As contas a pagar classificadas como passivo não corrente, para as quais não exista uma obrigação contratual pelo pagamento de juros, são mensuradas pelo respectivo custo amortizado, determinado de acordo com o método da taxa de juro efectiva.

O seu desreconhecimento só ocorre quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Instrumentos de capital próprio

Um instrumento de capital próprio (Nota 14) só é reconhecido quando é emitido e subscrito. Se um instrumento de capital próprio for emitido, subscrito e se os recursos não forem proporcionados, a quantia a receber é relevada como dedução ao capital próprio.

Caso a empresa adquira ou readquira os seus próprios instrumentos de capital próprio, estes instrumentos são reconhecidos como dedução ao capital próprio.

Os custos com a emissão de novas ações são reconhecidos directamente em capital como dedução ao valor do encaixe.

Os custos com uma emissão de capital próprio que não se concluiu são reconhecidos como gasto.

3.8 - Resultados por ação

Os resultados por acção (Nota 17) são calculados dividindo o lucro atribuível aos acionistas pelo número ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período.

3.9 - Distribuição de Dividendos

A distribuição de dividendos, quando aprovados em Assembleia Geral da Empresa e enquanto não pagos ao acionista, é reconhecida como um passivo.

3.10 - Provisões e Passivos Contingentes

São reconhecidas provisões (Nota 18) quando, cumulativamente: (i) a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) exista uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

Quando as perdas em empresas subsidiárias ou associadas excedem o investimento efetuado nessas entidades, o valor contabilístico do investimento financeiro é reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, exceto na parcela em que a Empresa incorra numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas em nome da subsidiária ou associada, caso em que é registada uma Provisão para participações financeiras.

São constituídas provisões para reestruturação sempre que um plano formal detalhado de reestruturação tenha sido aprovado pela Empresa e este tenha sido iniciado ou divulgado publicamente.

São constituídas provisões para os custos de desmantelamento, remoção do activo e restauração do local de certos ativos, quando esses ativos começam a ser utilizados e seja possível estimar a respetiva obrigação com fiabilidade, ou quando existe o compromisso contratual de reposição de espaços alugados por terceiros.

Quando alguma das condições para o reconhecimento de provisões não é preenchida, a Empresa procede à divulgação dos eventos como passivo contingente. Os passivos contingentes são: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo, ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que uma saída de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessária para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não possa ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos.

3.11 - Locações

A classificação das locações como financeiras ou operacionais é efectuada em função da substância e não da forma do contrato. As locações são classificadas como financeiras sempre que nos seus termos ocorra a transferência substancial, para o locatário, de todos os riscos e vantagens associados à propriedade do bem. As restantes locações são classificadas como operacionais (Nota 19).

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades para com o locador, são registados no balanço no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. A taxa de desconto a utilizar deverá ser a taxa implícita na locação. Caso esta não seja conhecida deverá ser utilizada a taxa de financiamento da Empresa para aquele tipo de investimentos. A política de depreciação destes ativos segue as regras aplicáveis aos ativos tangíveis propriedade da Empresa. Os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações do

activo fixo tangível são reconhecidos na Demonstração dos resultados por naturezas do período a que respeitam.

Nas locações operacionais as rendas devidas são reconhecidas como gasto na Demonstração dos resultados por naturezas, durante o período da locação (Nota 24).

3.12 - Rédito

O rédito relativo a vendas e prestações de serviços, decorrentes da actividade ordinária da Empresa, é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflecte eventuais descontos concedidos e não inclui o Imposto sobre o Valor Acrescentado (Nota 22).

O reconhecimento de um rédito exige que (i) seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa, (ii) o montante do rédito possa ser fiavelmente mensurado, (iii) os custos incorridos ou a incorrer com a transação também possam ser mensurados com fiabilidade.

3.13 - Impostos

Imposto sobre o rendimento (“IRC”)

A Empresa encontra-se abrangida pelo Regime especial de tributação dos grupos de sociedades que engloba todas as empresas em que os CTT participam, directa ou indirectamente, em pelo menos 90% do respectivo capital social e que simultaneamente sejam residentes em Portugal e tributadas em sede IRC, pelo que a estimativa de imposto sobre o rendimento e as retenções efectuadas por terceiros são registadas no balanço como contas a pagar e a receber dos CTT.

O imposto sobre o rendimento (Nota 30) corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados directamente no capital próprio. Nestes casos os impostos correntes e os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do período calculado de acordo com as leis fiscais vigentes à data do balanço. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis. Porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os impostos diferidos ativos possam ser utilizados. Em cada data de relato é efectuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que esteja formal ou substancialmente emitida na data de relato.

As declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correcção pela Administração Tributária durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social). Deste modo as declarações fiscais da Empresa de 2010 podem ser sujeitas a revisão, uma vez que as anteriores a 2010 já foram sujeitas a inspecção. Contudo, este prazo poderá ser prolongado ou suspenso desde que tenham sido obtidos benefícios fiscais, estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, ou se tiver havido prejuízos fiscais, situação em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos.

3.14 - Regime do Acréscimo

Os rendimentos e os gastos são registados de acordo com o regime do acréscimo, pelo que são reconhecidos à medida que são gerados ou incorridos, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos, respectivamente.

Os rendimentos e os gastos reconhecidos na demonstração de resultados por naturezas que ainda não tenham sido facturados ou cuja factura de aquisição ainda não tenha sido recepcionada são

registados por contrapartida de “Devedores por acréscimos de rendimentos” ou de “Credores por acréscimos de gastos” relevados nas rubricas de balanço de “Outras contas a receber” e “Outras contas a pagar”, respectivamente (Notas 11 e 20). Os rendimentos recebidos e os gastos pagos antecipadamente são registados por contrapartida das rubricas de “Diferimentos” do passivo e do ativo, respectivamente (Nota 12).

3.15 - Julgamentos e Estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF foram utilizadas julgamentos e estimativas que afectam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. As estimativas e pressupostos são determinadas com base no melhor conhecimento existente à data de preparação das demonstrações financeiras e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das situações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efectuadas na preparação das demonstrações financeiras ocorrem nas seguintes áreas:

(i) Ativos fixos tangíveis e intangíveis/ estimativas de vidas úteis

As depreciações são calculadas sobre o custo de aquisição sendo utilizado o método das quotas constantes, a partir do mês em que o ativo se encontra disponível para utilização. As taxas de depreciação praticadas reflectem o melhor conhecimento sobre a sua vida útil estimada. Os valores residuais dos ativos e as respectivas vidas úteis são revistos e ajustados, quando se afigura necessário.

(ii) Imparidade do *Goodwill*

A Empresa testa o *goodwill*, pelo menos anualmente, com o objectivo de verificar se o mesmo está em imparidade, de acordo com a política referida na Nota 3.2. O cálculo dos valores recuperáveis das unidades geradoras de caixa envolve julgamento e reside substancialmente na análise da Gestão baseada na experiência passada, bem como nas expectativas futuras de evolução da

respectiva actividade. Na avaliação subjacente aos cálculos efectuados são utilizados pressupostos baseados na informação disponível quer do negócio, quer do enquadramento macro - económico.

(iii) Imparidade de clientes e outras contas a receber

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação que a Empresa faz da probabilidade de recuperação dos saldos de clientes ou de outras contas a receber. Esta avaliação é efectuada em função do tempo de incumprimento, do histórico de crédito do cliente e outros devedores e da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e outros devedores. Caso as condições financeiras dos clientes se deteriore, as perdas de imparidade poderão ser superiores ao esperado.

(iv) Provisões

A Empresa exerce julgamento considerável na mensuração e reconhecimento de provisões. O julgamento é necessário de forma a aferir a probabilidade que um contencioso tem de ser bem sucedido. As provisões são constituídas quando a Empresa espera que processos em curso irão originar a saída de fluxos, a perda seja provável e possa ser razoavelmente estimada. Devido às incertezas inerentes ao processo de avaliação, as perdas reais poderão ser diferentes das originalmente estimadas na provisão. Estas estimativas estão sujeitas a alterações à medida que nova informação fica disponível. Revisões às estimativas destas perdas podem afectar os resultados futuros.

3.16 - Matérias Ambientais

A Empresa tem a obrigação legal de evitar, reduzir ou reparar danos de carácter ambiental decorrentes das suas actividades, podendo incorrer em dispêndios para assegurar o integral cumprimento das suas obrigações (Nota 31).

Contudo, a actividade da Empresa é de natureza essencialmente não industrial, sendo relativamente reduzida a incorporação de inputs materiais nos seus processos de prestação de serviços, sendo a sua pegada ecológica directa limitada.

Uma análise comparativa empírica permite estimar que o peso dos impactes ambientais da actividade da Empresa é, em termos relativos, bastante inferior ao seu contributo para geração de valor no tecido económico e social nacional.

3.17 - Acontecimentos Subsequentes

Os acontecimentos ocorridos após a data do balanço mas antes da data de aprovação das demonstrações financeiras pelo órgão de gestão da Empresa e desde que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, são reflectidos nas demonstrações financeiras do período. Os eventos ocorridos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”) são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se forem considerados materiais (Nota 32).

4. FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos fluxos de caixa é preparada segundo o método direto, através da qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa em actividades operacionais, de investimento e de financiamento.

As actividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a actividade operacional, nomeadamente o imposto sobre o rendimento. As actividades de investimento incluem, nomeadamente aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos e recebimentos de juros e de dividendos. As actividades de financiamento incluem os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira, juros pagos e pagamentos de dividendos.

Em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010, a caixa e seus equivalentes que inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidas de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes, detalha-se como segue:

	2011	2010
Numerário	500	500
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	984.157	2.478.340
Aplicações de tesouraria	6.200.000	2.950.000
Caixa e seus equivalentes (Balanço)	7.184.657	5.428.840
Descobertos bancários	-	-
Caixa e seus equivalentes (Demonstração dos fluxos de caixa)	7.184.657	5.428.840



5. PARTES RELACIONADAS

Conforme mencionado na Nota 1, a Empresa é integralmente detida pelos CTT SA. Consequentemente todas as empresas que fazem parte do Grupo CTT foram consideradas como partes relacionadas da Empresa, i.e., o conceito de partes relacionadas inclui não apenas as suas próprias entidades subsidiárias e associadas mas também outras empresas subsidiárias dos CTT. As partes relacionadas também englobam os quadro-chave da Empresa.

Os quadros-chave são compostos pelo Conselho de Administração e Fiscal Único e pelos responsáveis funcionais das principais áreas da Empresa.

Os termos ou condições praticados entre as partes relacionadas são em regra substancialmente idênticos aos que normalmente são contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

No decurso dos períodos findo em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010 foram efetuadas as seguintes transações e existiam os seguintes saldos com partes relacionadas:

	2011							
	Cientes e outras contas receber	Ajustamentos	Accionistas e empresas do Grupo (SDevedores)	Ajustamentos	Fornecedores e outras contas pagar	Accionistas e empresas do Grupo (SCredores)	Rendimentos	Gastos
Accionistas	169.931	-	-	-	84.922	497.568	1.586.170	811.068
Empresas do Grupo CTT								
Associadas	754.427	(754.427)	177.286	(177.286)	-	-	-	-
Outras partes relacionadas	-	-	-	-	116.761	-	-	1.100.438
Membros do								
Conselho Administração	-	-	-	-	-	-	-	-
Assembleia Geral	-	-	-	-	-	-	-	-
Fiscal Único	-	-	-	-	-	-	-	9.900
Quadros-chave	-	-	-	-	-	-	-	302.614
	<u>924.358</u>	<u>(754.427)</u>	<u>177.286</u>	<u>(177.286)</u>	<u>201.683</u>	<u>497.568</u>	<u>1.586.170</u>	<u>2.224.020</u>

	2010						
	Cientes e outras contas receber	Ajustamentos	Accionistas e empresas do Grupo (S/Devedores)	Fornecedores e outras contas pagar	Accionistas e empresas do Grupo (S/Credores)	Rendimentos	Gastos
Accionistas	185.561			103.912	319.054	943.876	839.539
Empresas do Grupo CTT							
Associadas	732.808	(340.997)	74.920	-	-	-	-
Outras partes relacionadas				110.884	-	-	1.087.270
Membros do							
Conselho Administração	-		-	-	-	-	-
Assembleia Geral	-		-	-	-	-	-
Fiscal Único	-		-	-	-	-	9.900
Quadros-chave	-		-	-	-	-	132.749
	<u>918.369</u>	<u>(340.997)</u>	<u>74.920</u>	<u>214.796</u>	<u>319.054</u>	<u>943.876</u>	<u>2.069.458</u>

A Empresa releva os empréstimos concedidos a empresas do Grupo e os empréstimos obtidos de empresas do Grupo nas rubricas de “Acionistas/ sócios e empresas do Grupo”.

Os gastos com os membros do Conselho de Administração, Fiscal Único e Quadros-chave correspondem à totalidade das suas remunerações no período indicado.

Em 2011 está reconhecida em perdas por imparidade a totalidade da dívida da PayShop Moçambique, com a extensão de 177.286 euros referentes a empréstimos, 52.515 euros relativos a faturação a clientes e 701.912 euros da cessão da dívida feita pela CTT-GEST.

Em 2011 decidiu-se integrar em perdas por imparidade 391.811 euros, que representam a parte cedida da dívida da PayShop Moçambique que não foi paga à CTT-GEST e reconhecer como gasto a integralidade dos empréstimos concedidos a esta Empresa no montante de 177.286 euros.

Em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010, a natureza e o detalhe, por empresa do Grupo CTT, dos principais saldos devedores e credores era como segue:

	2011							
	Cientes	Accionistas/ sócios e empresas do Grupo (SD)	Outras contas a receber	Ajustamentos por imparidade	Total de contas a receber (valor líquido)	Fornecedores e outras contas pagar	Accionistas/ sócios e empresas do Grupo (SC)	Total de contas a pagar
Accionistas								
CTT - Correios de Portugal, SA	169.913	-	-	-	169.913	84.922	497.568	582.490
Associadas								
Payshop Moçambique, SARL	52.515	177.286	701.912	(931.713)	-	-	-	-
Outras partes relacionadas								
CTT-Gest, SA	-	-	-	-	-	104.772	-	104.772
CTTExpresso, SA	-	-	-	-	-	9.359	-	9.359
Mailtec Comunicação, SA	-	-	-	-	-	215	-	215
EAD	-	-	-	-	-	2.415	-	2.415
	<u>222.428</u>	<u>177.286</u>	<u>701.912</u>	<u>(931.713)</u>	<u>169.913</u>	<u>201.683</u>	<u>497.568</u>	<u>699.251</u>

2010								
	Cientes	Accionistas/ sócios e empresas do Grupo (SD)	Outras contas a receber	Ajustamento por imparidade	Total de contas a receber (valor líquido)	Fornecedores e outras contas pagar	Accionistas/ sócios e empresas do Grupo (SC)	Total de contas a pagar
Accionistas								
CTT- Correios de Portugal, SA	185.561	-	-	-	185.561	103.912	319.054	422.966
Associadas								
Payshop Moçambique, SARL	-	74.920	391.811	-	466.731	-	-	-
Outras partes relacionadas								
CTT-Gest, SA	-	-	-	-	-	97.944	-	97.944
CTTExpresso, SA	-	-	-	-	-	9.599	-	9.599
Mailtec Comunicação, SA	-	-	-	-	-	778	-	778
EAD	-	-	-	-	-	2.563	-	2.563
	<u>185.561</u>	<u>74.920</u>	<u>391.811</u>	<u>-</u>	<u>652.292</u>	<u>214.796</u>	<u>319.054</u>	<u>533.850</u>

Nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010, a natureza e o detalhe, por empresa do Grupo CTT, das principais transações era como segue:

2011						
	Activos fixos adquiridos	Vendas e serviços prestados	Outros rendimentos e ganhos	Fornecimentos e serviços externos	Gastos com pessoal	Outros gastos e perdas
Associadas						
Payshop Moçambique,	-	-	56.856	-	-	227.817
Outras partes relacionadas						
CTT- Correios de Portugal, SA	-	1.300.626	285.544	607.473	203.595	-
CTT-Gest, SA	-	-	-	920.276	35.120	-
CTTExpresso, SA	-	-	-	93.408	-	-
Mailtec Comunicação, SA	-	-	-	2.187	-	-
EAD	-	-	-	1.282	28.153	-
Postcontacto, Lda	-	-	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>1.300.626</u>	<u>342.400</u>	<u>1.624.626</u>	<u>266.868</u>	<u>227.817</u>

2010						
	Activos fixos adquiridos	Vendas e serviços prestados	Outros rendimentos e ganhos	Fornecimentos e serviços externos	Gastos com pessoal	Outros gastos e perdas
CTT- Correios de Portugal, SA	2.144	973.876	-	839.539	-	-
CTT-Gest, SA	-	-	-	880.380	-	-
CTTExpresso, SA	-	-	-	88.689	-	-
Mailtec Comunicação, SA	-	-	-	4.009	-	-
EAD	-	-	-	13.312	-	-
Postcontacto, Lda	-	-	-	100.880	-	-
	<u>2.144</u>	<u>973.876</u>	<u>-</u>	<u>1.926.809</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010, a natureza e o detalhe, por empresa do Grupo CTT, dos principais fluxos de caixa era como segue:

	2011			
	Pagamentos		Recebimentos	
	Actividades operacionais	Total pagamentos	Actividades operacionais	Total recebimentos
CTT- Correios de Portugal, SA	1.897.283	1.897.283	1.001.876	1.001.876
CTT-Gest, SA	1.008.753	1.008.753	-	-
CTTExpresso, SA	105.408	105.408	-	-
Mailtec Comunicação, SA	2.476	2.476	-	-
EAD	27.315	27.315	-	-
	<u>3.041.235</u>	<u>3.041.235</u>	<u>1.001.876</u>	<u>1.001.876</u>

	2010			
	Pagamentos		Recebimentos	
	Actividades operacionais	Total pagamentos	Actividades operacionais	Total recebimentos
CTT- Correios de Portugal, SA	1.132.867	1.132.867	999.481	999.481
CTT-Gest, SA	919.720	919.720	-	-
CTTExpresso, SA	105.394	105.394	-	-
Mailtec Comunicação, SA	5.057	5.057	-	-
EAD	10.964	10.964	-	-
Postcontacto, Lda	122.065	122.065	-	-
	<u>2.296.067</u>	<u>2.296.067</u>	<u>999.481</u>	<u>999.481</u>

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos “Ativos fixos tangíveis”, bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2011

	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta investimentos	Total
Activos fixos tangíveis							
Saldo inicial	-	2.638.808	125.478	-	400.714	-	3.165.000
Aquisições	-	121.000	-	-	-	-	121.000
Alienações	-	-	(2.767)	-	-	-	(2.767)
Transferências e abates	-	(616.912)	9.403	68.155	(296.032)	-	(835.386)
Revalorizações	-	-	-	-	-	-	-
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	-	2.142.896	132.114	68.155	104.682	-	2.447.847
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas							
Saldo inicial	-	2.143.134	117.780	-	-	-	2.260.914
Depreciações do período	-	276.038	6.772	1.895	-	-	284.705
Perdas por imparidade do período	-	-	-	-	-	-	-
Reversões de perdas por imparidade	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	(2.767)	-	-	-	(2.767)
Transferências e abates	-	(909.465)	9.403	64.747	-	-	(835.315)
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	-	1.509.707	131.188	66.642	-	-	1.707.537
Activos fixos tangíveis líquidos	-	633.189	926	1.513	104.682	-	740.310

2010

	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta investimentos	Total
Activos fixos tangíveis							
Saldo inicial	16.379	2.622.473	123.615	400.714	-	7.318	3.170.499
Aquisições	-	9.017	799	-	-	-	9.816
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	(16.379)	7.318	-	-	-	(7.318)	(16.379)
Revalorizações	-	-	-	-	-	-	-
Outras variações	-	-	1.064	-	-	-	1.064
Saldo final	-	2.638.808	125.478	400.714	-	-	3.165.000
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas							
Saldo inicial	14.085	1.815.576	109.723	-	-	-	1.939.384
Depreciações do período	1.273	327.558	8.057	-	-	-	336.888
Perdas por imparidade do período	-	-	-	-	-	-	-
Reversões de perdas por imparidade	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	-	-	-	-	-	-	-
Outras variações	(15.358)	-	-	-	-	-	(15.358)
Saldo final	-	2.143.134	117.780	-	-	-	2.260.914
Activos fixos tangíveis líquidos	-	495.674	7.698	400.714	-	-	904.086

As depreciações do período, no montante de, aproximadamente, 284.705 Euros, foram registadas na rubrica “Gastos/reversões de depreciação e de amortização” da Demonstração dos resultados por naturezas (Nota 26).

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, os movimentos mais relevantes ocorridos nas rubricas de Ativos Fixos tangíveis foram os seguintes:

Foram abatidos por inutilização 1273 scanners e 875 terminais com o valor bruto de 835.385,30 euros.

Procedeu-se à patrimonização de 951 terminais e de 966 scanners no valor de 296.032 euros por transferência de armazém.

7. GOODWILL

Em 31 de Dezembro de 2012 e em 31 de Dezembro de 2011, a composição do Goodwill era a seguinte:

Entidade	Ano da aquisição	2011	2010
Empresas associadas Payshop Moçambique, SARL	2008	235.946	235.946
		<u>235.946</u>	<u>235.946</u>

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010, os movimentos ocorridos em *Goodwill* foram os seguintes:

	2011	2010
Saldo início período	-	235.946
Aumentos	-	-
Reduções	-	-
Imparidade	-	(235.946)
Saldo final período	<u>-</u>	<u>-</u>

8. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2011 e o em 31 de Dezembro de 2010, o movimento ocorrido nas principais classes de ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2011	
	Propriedade industrial	Total
Activos intangíveis		
Saldo inicial	407.859	407.859
Aquisições	-	-
Alienações	-	-
Transferências e abates	-	-
Revalorizações	-	-
Outras variações	-	-
Saldo final	<u>407.859</u>	<u>407.859</u>
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas		
Saldo inicial	254.525	254.525
Amortizações do período	40.000	40.000
Perdas por imparidade do período	-	-
Reversões de perdas por imparidade	-	-
Alienações	-	-
Transferências e abates	-	-
Outras variações	-	-
Saldo final	<u>294.525</u>	<u>294.525</u>
Activos Intangíveis Líquidos	<u>113.334</u>	<u>113.334</u>

	2010	
	Propriedade industrial	Total
Activos intangíveis		
Saldo inicial	407.859	407.859
Aquisições	-	-
Alienações	-	-
Transferências e abates	-	-
Revalorizações	-	-
Outras variações	-	-
Saldo final	<u>407.859</u>	<u>407.859</u>
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas		
Saldo inicial	214.525	214.525
Amortizações do período	40.000	40.000
Perdas por imparidade do período	-	-
Reversões de perdas por imparidade	-	-
Alienações	-	-
Transferências e abates	-	-
Outras variações	-	-
Saldo final	<u>254.525</u>	<u>254.525</u>
Activos intangíveis líquidos	<u>153.334</u>	<u>153.334</u>

As amortizações do período, no montante de, 40.000 Euros, foram registadas na rubrica “Gastos/ reversões de depreciação e de amortização” (Nota 26).

9. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Nos períodos findos em 31.12.2011 e 31.12.2010, a Empresa detinha a seguinte participação financeira:

Empresa associada	Sede	Percentagem de participação	
		2011	2010
Payshop Moçambique, SARL	Av. 25 de Setembro, 1462 (Túnel) Maputo - Moçambique	35,00%	35,00%

No âmbito da aplicação do método da equivalência patrimonial, o investimento efetuado na PayShop Moçambique, SARL, foi reduzido a zero em anos anteriores. Assim, o reconhecimento de perdas adicionais nesta associada é efetuado mediante o reconhecimento de uma provisão, na medida em que a Empresa incorre numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas em nome da associada (Notas 3.4, 3.10, e 18).

10. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

As actividades da Empresa acarretam exposição a riscos financeiros, nomeadamente: (i) riscos de crédito - risco dos seus devedores não cumprirem com as suas obrigações financeiras, (ii) riscos de mercado - fundamentalmente o das taxa de juro e o das taxas de câmbio, os quais estão associados, respectivamente, ao risco do impacto da variação das taxas de juro de mercado nos ativos e passivos financeiros e nos resultados e ao risco de flutuação do justo valor dos ativos e passivos financeiros em resultado de alterações nas taxas de câmbio e, (iii) riscos de liquidez – risco de que se venham a encontrar dificuldades para satisfazer obrigações associadas a passivos financeiros.

Por risco financeiro, entende-se justamente, a probabilidade de se obterem resultados diferentes do esperado, sejam estes positivos ou negativos, alterando de forma material e inesperada o valor patrimonial da Empresa.

A gestão do risco concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos dessa imprevisibilidade no desempenho financeiro da Empresa.

Dos riscos financeiros destacam-se os riscos de crédito, os riscos de mercado, de taxa de juro e cambial, e os riscos de liquidez.

Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com os saldos a receber de clientes e outros devedores (agentes), relacionados com a actividade operacional da Empresa. O agravamento das condições económicas globais ou adversidades que afectem as economias a uma escala local, nacional ou internacional podem originar a incapacidade dos clientes e agentes da Empresa para saldar as suas obrigações, com eventuais efeitos negativos nos resultados.

Este risco é monitorizado numa base regular com o objectivo de limitar o crédito concedido a clientes e agentes, considerando o respectivo perfil e antiguidade da conta a receber; acompanhar a evolução do nível de crédito concedido; e analisar a recuperabilidade dos valores a receber numa base regular.

As perdas de imparidade para as contas a receber são calculadas considerando:

- a análise da antiguidade das contas a receber;
- o perfil de risco do cliente e agentes;
- as condições financeiras dos clientes e agentes.

O movimento das perdas por imparidade em contas a receber encontra-se divulgado na nota 11.

Em 31 de Dezembro de 2011, é convicção do Conselho de Administração que as perdas por imparidade estimadas em contas a receber se encontram adequadamente relevadas nas demonstrações financeiras.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro está essencialmente relacionado com os juros obtidos com a aplicação dos excedentes de tesouraria.

Os ganhos resultantes das operações financeiras são importantes, pelo que as alterações das taxas de juro têm um impacto direto na receita financeira da Empresa.

Com o propósito de reduzir o impacto do risco de taxa de juro, a Empresa acompanha numa base regular e sistemática as tendências de mercado, com vista a alavancar a relação prazo/ taxa por um lado e risco/ rentabilidade por outro.

As aplicações dos excedentes de tesouraria, beneficiaram de um rendimento financeiro de, aproximadamente, 320.021 Euros no período de 2011.

Risco cambial

A Empresa detém créditos sobre a PayShop Moçambique expressos em dólares americanos no montante de 957.091 dólares. Uma vez que estes créditos estão cobertos integralmente por perdas de imparidade, o risco não é significativo.

Risco de liquidez

O risco de liquidez pode ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam as disponibilidades, os fluxos de caixa operacionais e os fluxos de caixa obtidos de operações de desinvestimento, de linhas de crédito e de financiamento, não satisfizerem as necessidades existentes, como sejam as saídas de caixa para actividades operacionais e de financiamento, os investimentos e a remuneração do acionista. Com base nos fluxos de caixa gerados pelas operações e nas disponibilidades de caixa, a Empresa entende que tem capacidade para cumprir as suas obrigações.

As principais obrigações contratuais da Empresa são as relacionadas com as locações operacionais e outros compromissos financeiros não contingentes.

Em 31 de Dezembro de 2011 as obrigações relacionadas com locações operacionais eram as seguintes:

	Até 1 ano	Mais de 1 ano e menos de 5 anos	Mais 5 anos	Total
Obrigações com locações operacionais	37.606	19.090	-	56.696
Total de obrigações contratuais	37.606	19.090	-	56.696

11. CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010, as rubricas “Clientes” e “Outras contas a receber” apresentavam a seguinte composição:

	2011			2010		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia líquida
Clientes						
Correntes	1738.677	(52.515)	1686.162	1645.684	(50.998)	1594.686
Não correntes	-	-	-	-	-	-
	<u>1738.677</u>	<u>(52.515)</u>	<u>1686.162</u>	<u>1645.684</u>	<u>(50.998)</u>	<u>1594.686</u>
Outras contas a receber						
Correntes	1042.533	(1030.969)	11.564	1101.416	(576.991)	524.425
Não correntes	-	-	-	-	-	-
	<u>1042.533</u>	<u>(1030.969)</u>	<u>11.564</u>	<u>1101.416</u>	<u>(576.991)</u>	<u>524.425</u>
	<u>2.781.210</u>	<u>(1083.484)</u>	<u>1697.726</u>	<u>2.747.100</u>	<u>(627.989)</u>	<u>2.119.111</u>

Clientes

Em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010, a antiguidade do saldo do item “Clientes” é detalhada conforme se segue:

	2011			2010		
	Empresas do Grupo	Outros clientes	Total	Empresas do Grupo	Outros clientes	Total
Clientes						
Saldo não vendido	169.913	1.241.291	1.411.204	185.561	1.202.778	1.388.339
Saldo vencido:						
0-30 dias	-	-	-	-	-	-
30-90 dias	-	212.847	212.847	-	134.040	134.040
90-180 dias	-	-	-	-	34.682	34.682
180-360 dias	-	24.528	24.528	-	-	7.729
> 360 dias	-	90.098	90.098	-	88.623	80.894
	<u>169.913</u>	<u>1.568.764</u>	<u>1.738.677</u>	<u>185.561</u>	<u>1.460.123</u>	<u>1.645.684</u>

Outras contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2012 e em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica de “Outras contas a receber” apresentava o seguinte detalhe:

Corrente		
Payshop Moçambique	701.912	681.810
Conta de serviço Payshop	-	104.655
Agentes contas a receber	329.057	286.992
Outros	11.564	27.959
	<u>1.042.533</u>	<u>1.101.416</u>

Imparidade em clientes e outras contas a receber

Nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010, o movimento ocorrido em “Perdas por imparidade acumuladas” (Nota 13) foi como segue:

	2011				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Transferências	Saldo final
Cientes	50.998	1.517	-	-	52.515
Outras contas a receber	576.991	101.158	(38.992)	391.811	1.030.968
Accionistas	-	177.286	-	-	177.286
	<u>627.989</u>	<u>279.961</u>	<u>(38.992)</u>	<u>391.811</u>	<u>1.260.769</u>

	2010			
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões Reversões	Saldo final
Cientes	-	50.998	-	50.998
Outras contas a receber	214.918	403.116	(41.043)	576.991
	<u>214.918</u>	<u>454.114</u>	<u>(41.043)</u>	<u>627.989</u>

Nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, foram registadas perdas por imparidade (aumentos líquidos de reversões) em dívidas a receber no montante líquido de 240.969 Euros e 413.071 Euros, respectivamente, na rubrica de “Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões) ”.

Em 2011, reconheceu-se ainda a imparidade referente à parte da dívida da Payhop Moçambique que não foi objecto de pagamento à CTT GEST no montante de 391.811 Euros. Esta operação não implicou o reconhecimento de gastos.

O valor de 240.969 Euros refere-se às seguintes imparidades reconhecidas em 2011:

- 42.065 Euros de dívida de agentes PayShop (valor líquido)
- 20.101 Euros relativos à actualização do câmbio da dívida da PayShop Moçambique
- 1.517 Euros de actualização cambial da facturação em dívida da PayShop Moçambique
- 177.286 Euros referentes ao valor dos empréstimos concedidos à PayShop Moçambique.

12. DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica “Diferimentos” do activo corrente e do passivo corrente apresentava a seguinte composição:

	2011	2010
Diferimentos activos (Gastos a reconhecer)		
Correntes		
Outros	28.830	21829
	<u>28.830</u>	<u>21829</u>
Diferimentos passivos (Rendimentos a reconhecer)		
Correntes		
Outros	-	391811
	<u>-</u>	<u>391811</u>

O valor de 391.811 Euros inscrito em 2010 foi transferido em 2011 para imparidades e representa a parte da dívida da PayShop Moçambique que não foi paga à CTT GEST.

13. PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010, realizaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de imparidades acumuladas:

	2011				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Transferências	Saldo final
<i>Goodwill (Nota 7)</i>	235.946	-	-	-	235.946
Associadas	-	177.286	-	-	177.286
Clientes e outras contas receber (Nota 13)	<u>627.989</u>	<u>102.675</u>	<u>(38.992)</u>	<u>391.811</u>	<u>1.083.483</u>
	<u>863.935</u>	<u>279.961</u>	<u>(38.992)</u>	<u>391.811</u>	<u>1.496.715</u>
	2010				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Goodwill (Nota 9)	-	235.946	-	-	235.946
Associadas	-	50.998	-	-	50.998
Clientes e outras contas receber (Nota 15)	<u>214.918</u>	<u>403.116</u>	<u>(41.043)</u>	-	<u>576.991</u>
	<u>214.918</u>	<u>690.060</u>	<u>(41.043)</u>	-	<u>863.935</u>

A imparidade da rubrica "Acionistas" no montante de 177.286 Euros reconhecida em 2011 refere-se à totalidade dos empréstimos concedidos PayShop Moçambique.

14. CAPITAL E PRÉMIOS DE EMISSÃO

Capital

Em 31 de Dezembro de 2011 o capital da Empresa era composto por 300.000 ações com o valor nominal de 5 Euros cada, sendo detido na totalidade pelos CTT e encontra-se totalmente realizado.

15. RESERVAS E OUTRAS RÚBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

Reservas legais

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica de "Reservas legais" apresentava o seguinte detalhe:

RESERVA LEGAL	2011	2010
Saldo inicial	300.000	300.000
Saldo final	300.000	300.000

Resultados transitados

Nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010, realizaram-se os seguintes movimentos na rubrica de "Resultados transitados":

RESULTADOS TRANSITADOS	2011	2010
Saldo inicial	428.986	370.000
Outras variações	-	58.986
Saldo final	428.986	428.986

16. DIVIDENDOS

Na Assembleia Geral realizada em 20 de Maio de 2011, foi aprovada a distribuição de um dividendo por ação de 13,91 Euros referente ao período de 2010, tendo sido pago o dividendo total de 4.172.646 Euros no mês de Junho de 2011.

Na Assembleia Geral realizada em 19 de Maio de 2010, foi aprovada a distribuição de um dividendo por ação de 15,65 Euros referente ao período de 2009, tendo sido pago o dividendo total de 4.693.597 Euros no mês de Junho de 2010.

O dividendo respeitante ao período findo em 31 de Dezembro de 2011 de 17,65 Euros por ação, no montante total de 5.295.880 Euros será proposto na próxima Assembleia Geral.

17. RESULTADOS POR AÇÃO

Nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010, os resultados por ação foram calculados como segue:

	2011	2010
Resultado líquido do período	5.295.880	4.172.646
Nº médio de ações ordinárias	300.000	300.000
Resultado líquido por ação	17,65	13,91

18. PROVISÕES, GARANTIAS PRESTADAS, PASSIVOS CONTIGENTES E COMPROMISSOS

Provisões

Nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010, as "Provisões" constituídas pela Empresa tiveram o seguinte movimento:

	2011				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Provisões correntes					
Participações financeiras	226.164	28.912	(32.871)	-	222.205
	226.164	28.912	(32.871)	-	222.205

	2010				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Provisões correntes					
Participações financeiras	162.337	63.827	-	-	226.164
	162.337	63.827	-	-	226.164

As utilizações respeitam a quantias utilizadas no período por ocorrência das situações provisionadas. As reversões respeitam a anulações por as quantias provisionadas se revelarem desnecessárias.

A provisão para participações financeiras corresponde à assunção pela Empresa de obrigações legais ou construtivas relativas à associada PayShop Moçambique.

O valor de 28.912 Euros corresponde à actualização do câmbio dos capitais próprios negativos à data da aquisição da participação na PayShop Moçambique

O montante de 32.871 Euros representa o contravalor dos resultados positivos evidenciados nas contas de Novembro de 2011, últimas disponibilizadas à data do fecho, da PayShop Moçambique.

Garantias prestadas

Em 31 de Dezembro de 2010, a Empresa tinha assumido compromissos por garantias prestadas a terceiros para cobertura de um concurso promocional no montante de 30.0000 Euros

O detalhe das garantias prestadas era como segue:

Descrição	2011	2010
Outros	-	30.000
	-	30.000

No período findo em 31 de Dezembro de 2011, a Empresa não assumiu outros compromissos além dos que se encontram relevados nas presentes demonstrações financeiras.

19. LOCAÇÕES OPERACIONAIS

Em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010, a Empresa mantinha responsabilidades de médio e longo prazo em contratos de locação operacional, com cláusula de penalização em caso de cancelamento. O montante total dos pagamentos futuros respeitante a locações operacionais é o seguinte:

	2011	2010
Até 1 ano	37.606	35.777
Entre 1 ano e 5 anos	19.090	77.554
A mais de 5 anos	-	-
	56.696	113.331

Nos períodos findos a 31 de Dezembro de 2011 e a 31 de Dezembro de 2010, os gastos incorridos com contratos de locação operacional foram de 43.362 Euros e 42.693 Euros, respectivamente e encontram-se reconhecidos em “Rendas e alugueres” na rubrica “Fornecimentos e serviços externos” da Demonstração dos resultados por natureza (Nota 24).

20. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, as rubricas “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” apresentavam a seguinte composição:

Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010, a antiguidade do saldo das rubricas de “Fornecedores” era conforme segue:

	2011			2010		
	Empresas do Grupo	Outros fornecedores	Total	Empresas do Grupo	Outros fornecedores	Total
Fornecedores, conta corrente:						
Não vencido	201.682	500.535	702.217	214.796	413.742	628.538
0-30 dias	-	-	-	-	-	-
30-90 dias	-	-	-	-	2.550	2.550
90-180 dias	-	1.069	1.069	-	2.619	2.619
180-360 dias	-	2.375	2.375	-	-	-
> 360 dias	-	6.110	6.110	-	8.924	8.924
	201.682	510.089	711.771	214.796	427.835	642.631

Os valores vencidos, pouco expressivos, correspondem a situações por reconciliar.

Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010, o detalhe dos “Outras contas a pagar” era conforme segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Corrente		
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a liquidar	60.000	118.943
Campanhas incentivo p/agentes	303.355	248.261
Outros	85.179	29.712
Outros credores		
Outros	4.806	3.450
	<u>453.340</u>	<u>400.366</u>

Em 2011 o montante de 60.000 Euros representa o valor das férias vencidas em 31.12.2011 a pagar em 2012. O valor de 303.355 Euros refere-se aos pontos vencidos e ainda não utilizados pelos agentes no âmbito do “Prémio Club P”, programa de incentivo às vendas pelos lojistas da rede payshop.

21. ESTADOS E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica de “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Passivo corrente		
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas	12.260	12.482
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	9.239	11.035
Imposto sobre o valor acrescentado	314.969	275.368
Contribuições para a Segurança Social	17.874	20.812
	<u>354.342</u>	<u>319.697</u>

O passivo corrente relativo ao imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas que se encontra reflectido na rubrica de “Acionistas/Sócios e empresas do Grupo”, uma vez que a Empresa está abrangida pelo Regime Especial da Tributação dos Grupos de Sociedades” (Nota 3.13), foi apurado como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Estimativa de imposto	2.142.188	1.876.234
Pagamentos por conta	(1.570.968)	(1.540.620)
Retenção na Fonte	(73.652)	(16.560)
	<u>497.568</u>	<u>319.054</u>



A evolução dos valores da rubrica “Retenção na fonte”, fica a dever-se ao incremento dos juros recebidos provenientes de aplicações de excesso de tesouraria.

22. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

Nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010, as categorias significativas do rédito da Empresa eram as seguintes:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Prestação de serviços	15.445.654	14.800.599
	<u>15.445.654</u>	<u>14.800.599</u>

23. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010, a composição da rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” era conforme se segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Rendimentos suplementares	319.535	333.497
Diferenças de câmbio favoráveis de activos e passivos diferentes de financiamento	23.985	49.733
Outros	6.958	70.182
	<u>350.478</u>	<u>453.412</u>

24. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” tinha a seguinte composição:





	2011	2010
Serviços especializados		
Comissões	3.598.541	3.375.761
Trabalhos especializados	1.109.551	1.146.444
Conservação e reparação	15.462	20.933
Outros serviços especializados	1.068	245
Materials	122.674	113.550
Energia e fluídos	33.248	29.504
Deslocações	4.807	21.070
Serviços diversos		
Rendas e alugueres		
Aluguer operacional (Nota 19)	43.362	42.693
Outras rendas e alugueres	43.692	58.713
Comunicação	822.445	885.410
Royalties	920.277	880.380
Outros serviços	272.183	269.913
	<u>6.987.310</u>	<u>6.844.616</u>

Nesta rubrica incluem-se as remunerações do Conselho de Administração, que foram debitadas por empresas do Grupo CTT por os seus Administradores não pertencerem aos quadros da PayShop.

25. GASTOS COM PESSOAL

Nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica de “Gastos com o pessoal” tinha a seguinte composição:

	2011	2010
Remunerações dos órgãos sociais (Nota 5)	7.650	10.200
Remunerações do pessoal	719.438	866.946
Indemnizações	27.150	-
Encargos sobre remunerações	171.066	223.218
Seguros de acidente trabalho e doenças profissionais	4225	6704
Gastos de acção social (seguros de saúde e higiene no trabalho)	15.409	21.480
	<u>944.938</u>	<u>1.128.548</u>

Gastos de acção social

Nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2011 e 30 de Dezembro de 2010, esta rubrica inclui 15.409 Euros e 21.480 Euros, respectivamente, relativos a encargos com os cuidados de saúde dos trabalhadores no activo.

26. DEPRECIACÕES / AMORTIZAÇÕES E IMPARIDADE DE INVESTIMENTOS

Nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010, o detalhe das “Gastos/ reversões de depreciação e de amortização” era o seguinte:



	2011	2010
Activos fixos tangíveis		
Depreciações (Nota 6)	284.705	336.888
Activos intangíveis		
Amortizações (Nota 8)	40.000	40.000
	<u>324.705</u>	<u>376.888</u>

Nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010, o detalhe da “Imparidade de investimentos não depreciáveis/ amortizáveis (perdas/reversões)” era conforme segue:

	2011	2010
<i>Goodwill</i>		
Perdas por imparidade (Nota 7)	-	235.946
	<u>-</u>	<u>235.946</u>

27. OUTROS GASTOS E PERDAS

Nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010, a decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas” era conforme segue:

	2011	2010
Impostos e taxas	20.037	17.167
Dívidas incobráveis	812	9.829
Diferenças de câmbio	28.913	-
Serviços bancários	187.312	192.695
Outros gastos e perdas	1.475	3.037
	<u>238.549</u>	<u>222.728</u>

28. JUROS E RENDIMENTOS / GASTOS SIMILARES OBTIDOS / SUPOSTADOS

No decurso dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, a rubrica de “Juros e rendimentos similares obtidos” tinha o seguinte detalhe:

	2011	2010
Juros obtidos		
Depósitos em instituições de crédito	345.536	80.497
	<u>345.536</u>	<u>80.497</u>

No decurso dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica “Juros e gastos similares suportados” encontrava-se detalhada como se segue:





	2011	2010
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	1.322
	-	1.322

As perdas e os ganhos decorrentes da aplicação da taxa de juro efectiva respeitam aos seguintes Ativos e Passivos financeiros:

	2011		2010	
	Perdas de juros	Ganhos de juros	Perdas de juros	Ganhos de juros
Activos financeiros				
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	345.536	-	80.497
	-	345.536	-	80.497

29. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010, a Empresa reconheceu as seguintes diferenças de câmbio:

	2011	2010
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
Actividades de investimento		
Juros e gastos similares suportados	28.913	1.322
	28.913	1.322
	2011	2010
Diferenças de câmbio favoráveis		
Actividades de investimento		
Juros e rendimentos similares obtidos	23.985	49.733
	23.985	49.733

As diferenças de câmbio reconhecidas referem-se a operações com a PayShop Moçambique.

30. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa encontra-se sujeita a imposto sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC") à taxa normal de 12,5% na parte da matéria colectável que não ultrapasse os 12.500 Euros e 25% na parte excedente, sendo a Derrama fixada a uma taxa máxima de 1,5% do lucro tributável, e a Derrama estadual de 2,5% do excedente do lucro tributável em 2.000.000 Euros, atingindo-se uma taxa máxima agregada de cerca de 29%.



Reconciliação da taxa de imposto

Nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2012 e em 31 de Dezembro de 2010, a reconciliação entre o montante resultante da aplicação da taxa nominal de imposto ao resultado antes de impostos e o gasto com imposto sobre o rendimento foi como segue:

	2011	2010
Resultado antes de impostos	A 7.438.068	6.048.880
Taxa nominal de imposto até 12.500€	14,0%	14,0%
Taxa nominal de imposto entre 12.500€ e 2,000,000€	26,5%	26,5%
Taxa nominal de imposto superior a 2,000,000€	29,0%	29,0%
Imposto esperado	2.105.477	1.702.613
Diferenças permanentes		
Benefícios fiscais	(56.593)	(50.530)
Acertos Payshop Moçambique	(27.493)	62.509
Perdas por imparar. n/fiscalmente dedutíveis	197.386	340.997
Impar. invest n/ depreciáveis	-	235.946
Outras situações, líquidas	4.117	4.258
Total de acertos	B 117.417	593.180
Lucro tributável	A+B 7.555.485	6.642.060
Colecta	2.139.528	1.874.635
Ajustamentos à colecta - tributação autónoma	2.660	1.599
Impostos sobre o rendimento do período	2.142.188	1.876.234
Taxa efectiva de imposto	28,80%	31,02%
Impostos sobre o rendimento do período		
Imposto corrente	2.142.188	1.876.234
Resultado antes de impostos	2.142.188	1.876.234

Impostos diferidos

Não foram identificadas quaisquer diferenças temporárias tributárias nem diferenças temporárias dedutíveis, pelo que não se registaram impostos diferidos.

Outras informações

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa de 2010 podem ser sujeitas a revisão.



O Conselho de Administração da Empresa entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras

O DIRETOR/TECNICO OFICIAL DE CONTAS

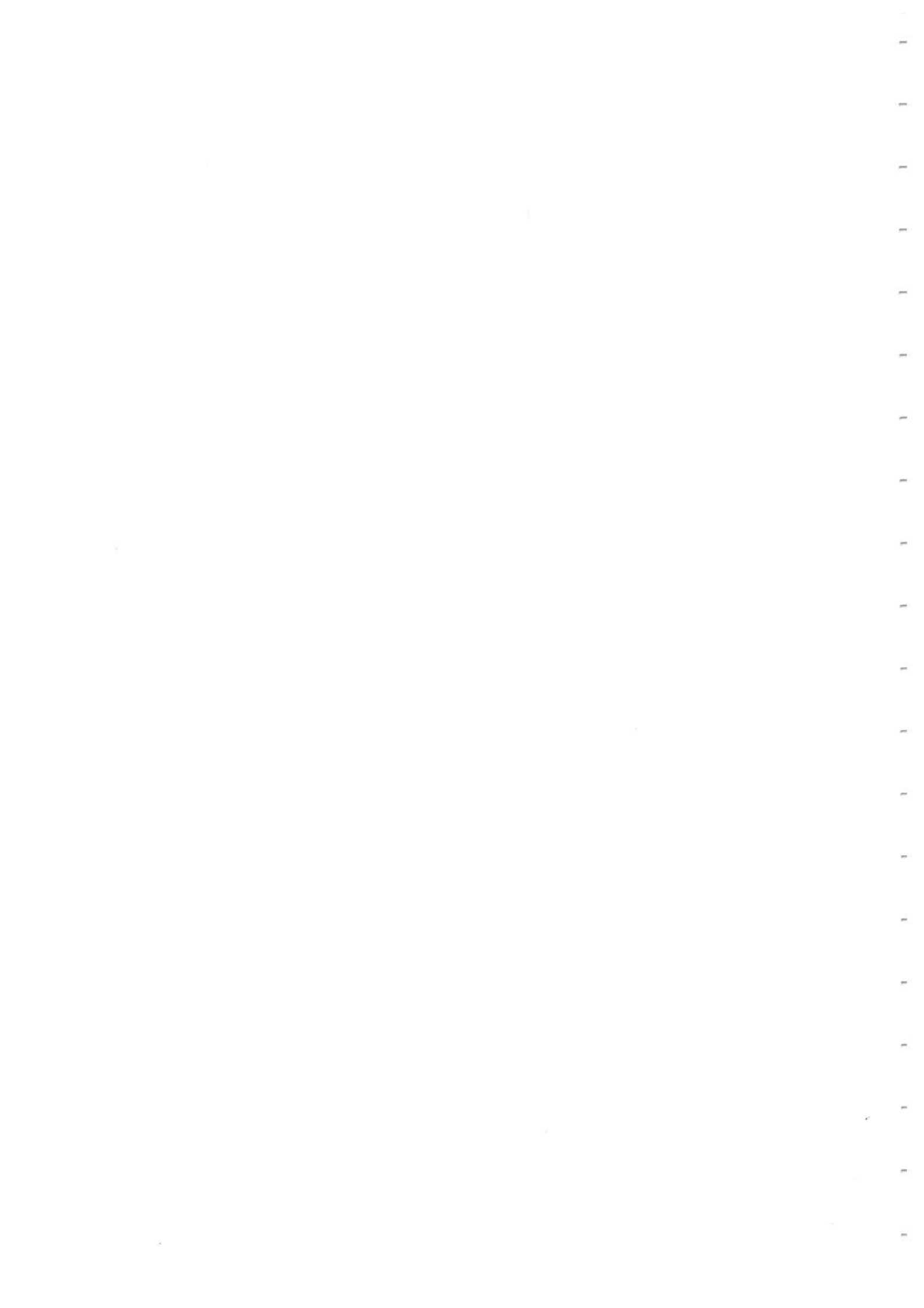
Dominga Pina R

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

3. Relatório e Parecer do Fiscal Único e Certificação Legal das Contas



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, acompanhámos durante o exercício de 2011 a atividade da PAYSHOP (Portugal), SA, examinámos regularmente os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos do Conselho de Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados. O Relatório Anual da BDO sobre a fiscalização efetuada é parte integrante do presente relatório.

O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, o Anexo e o Relatório de Gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da PAYSHOP (Portugal), SA e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios valorimétricos utilizados merecem a nossa concordância.

Parecer

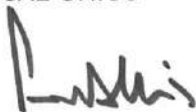
Assim, propomos:

1º Que sejam aprovados o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo da PAYSHOP (Portugal), SA, apresentados pelo Conselho de Administração, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

2º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão.

Lisboa, 9 de março de 2012

O FISCAL ÚNICO



Pedro Aleixo Dias, em representação de
BDO & Associados - SROC

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução e responsabilidades

1. Examinámos as demonstrações financeiras da PAYSHOP (Portugal), SA (adiante também designada por Empresa), as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2011 (que evidencia um ativo de 9 764 857 euros e um total de capital próprio de 7 525 631 euros, incluindo um resultado líquido de 5 295 880 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, referentes ao exercício findo naquela data. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem, de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no exame que realizámos às referidas demonstrações financeiras.

Âmbito

2. O nosso exame foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o exame seja planeado e executado com o objetivo de obtermos um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação, por amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação, (ii) a apreciação da adequabilidade das políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade, e (iv) a apreciação da adequabilidade, em termos globais, da apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

3. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da PAYSHOP (Portugal), SA, em 31 de dezembro de 2011, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

4. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 9 de março de 2012



Pedro Aleixo Dias, em representação de
BDO & Associados - SROC

